



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CAMPO NOVO DO PARECIS**

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS GERENCIAIS

Eixo: Gestão e Negócios
Modalidade: presencial

**Campo Novo do Parecis – MT
2021**

REITORIA

JULIO CÉSAR DOS SANTOS

Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.

ANGELA SANTANA DE OLIVEIRA

Pró Reitora de Pesquisa e Inovação

MARCUS VINICIUS TAQUES ARRUDA

Pró Reitor de Extensão

TÚLIO MARCEL RUFINO VASCONCELOS DE FIGUEIREDO

Pró Reitor de Administração

LUCIANA MARIA KLAMT

Pró Reitora de Ensino

CAMPUS CAMPO NOVO DO PARECIS

GENIVALDO DAVID DE SOUZA SCHLICK

Diretor do Campus Campo Novo do Parecis

TIAGO ALQUAZ MATIAS

Chefe de Departamento de Ensino

KARINE ALVES DE SOUSA

Chefe de Administração e Planejamento

AMANDA GABRIELE MILANI

Coordenadora de Extensão

CARLOS JORGE DA SILVA

Coordenador de Pesquisa

LÉA FLORES

Coordenadora do Curso de Tecnologia em Processos Gerenciais

COMISSÃO DE REELABORAÇÃO DO PROJETO E DE REESTRUTURAÇÃO

Tiago Alquaz Matias (Presidente)

Amanda Loiola de Carvalho

Kesley Gomes Pedroso

Léa Flores

Michele Rejane Coura da Silva

William Benedito da Silva



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

PORTARIA 72/2020 - CNP-GAB/CNP-DG/CCNP/RTR/IFMT, de 2 de setembro de 2020

Diretor-Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - Campus Campo Novo do Parecis, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria IFMT N.º 866, de 19/04/2017 publicada no D.O.U de 20/04/2017. Considerando a solicitação da Coordenação do Curso de Tecnologia em Processos Gerenciais.

RESOLVE:

Art. 1º – Alterar a composição da Portaria Nº 99 de 31.05.2017.

Art. 2º - Designar os servidores abaixo relacionados para compor a comissão responsável pela revisão do do PPC do curso de Tecnologia em Processos Gerenciais.

Presidente:

- Tiago Alquaz Matias - matrícula SIAPE n.º 1078303

Membros:

- Amanda Loiola de Carvalho - matrícula SIAPE n.º 2280216
- Kesley Gomes Pedrosa - matrícula SIAPE n.º 2085450
- Lea Flores - matrícula SIAPE n.º 1659487
- Michele Rejane Coura da Silva - matrícula SIAPE n.º 1900679
- William Benedito da Silva - matrícula SIAPE n.º 2152684

Art. 3º – Cientifiquem-se cumpra-se.

Fábio Luis Bezerra
Diretor-Geral do *Campus* Campo Novo do Parecis
Portaria IFMT N.º 866, de 19/04/2017

Documento assinado eletronicamente por:

- Fábio Luis Bezerra, DIRETOR - CD2 - CNP-DG, em 02/09/2020 11:33:35.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 02/09/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifmt.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 88555
Código de Autenticação: d01335392d



PORTARIA 72/2020 - CNP-GAB/CNP-DG/CCNP/RTR/IFMT, de 2 de setembro de 2020

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	7
2 APRESENTAÇÃO	7
3 PERFIL INSTITUCIONAL	10
4 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPUS	10
4.1 Dados de Identificação	10
4.2 História do Campus	11
4.3 Perfil do Campus	12
4.4 Áreas de Atuação	12
4.5 Vocação	13
4.6 Princípios	13
4.7 Finalidades	13
5 JUSTIFICATIVA	15
6 OBJETIVO GERAL	18
7 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	19
8 DIRETRIZES	20
9. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	21
10 REQUISITOS DE ACESSO AO CURSO	23
11 PÚBLICO-ALVO	24
12 INSCRIÇÃO	24
13 MATRÍCULA	25
14 TRANSFERÊNCIA	25
15 PERFIL DO EGRESSO DO CURSO	25
16 RECONHECIMENTO E RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO CURSO	27
17 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	27
17.1 Disciplinas Obrigatórias	29
17.2 Atividades Complementares	29
17.3 Projetos e ações especiais e de Educação Inclusiva	30
17.3.1 Pessoas com Necessidades Especiais (PNEE)	31
17.4 Temas Transversais	31
17.4.1 Questões Étnicas e raciais	31
17.4.2 Questões de Gênero	32
17.4.3 Educação Ambiental	33
17.4.4 Educação em Direitos Humanos	33
17.5 Curricularização da Extensão	34

18	MATRIZ CURRICULAR	35
19	EMENTAS	37
20	MATRIZ DE EQUIVALÊNCIA	53
20.1	MATRIZ I (ANTIGA)	53
20.2	MATRIZ II (ATUAL)	54
20.3	MATRIZ DE EQUIVALÊNCIA	55
21	PROJETO INTEGRADOR	56
22	ESTÁGIO SUPERVISIONADO	56
23	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	57
24	PESQUISA E PRODUÇÃO CIENTÍFICA	57
25	METODOLOGIA	58
25.1	Atividades desenvolvidas pelo corpo docente	59
25.2	Ensino a Distância	Erro! Indicador não definido.
26	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	60
27	AVALIAÇÃO DE COMPETÊNCIAS	64
28	SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO	66
29	PLANO DE MELHORIA DO CURSO	67
30	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO	68
31	ATENDIMENTO AO DISCENTE	69
32	APROVEITAMENTO DE ESTUDOS	70
33	POLÍTICAS DE CONTROLE DA EVASÃO	70
34	CERTIFICAÇÃO E DIPLOMAS	72
35	PESSOAL DOCENTE	72
36	INSTALAÇÕES FÍSICAS E EQUIPAMENTOS	73
36.1	Recursos Materiais	73
36.2	Biblioteca	74
36.3	Laboratório de Informática	74
37	NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	74
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	75
	ANEXOS	80

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO:		
Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais		
MODALIDADE:	NÍVEL:	
Presencial	Superior	
TÍTULO ACADÊMICO CONFERIDO:		
Tecnólogo em Processos Gerenciais		
CARGA HORÁRIA TOTAL:		
	Carga Horária Disciplinas	1394
	Carga Horária de Atividades de Extensão Obrigatória	170
	Carga Horária Simulação Empresarial	68
	Carga Horária de Atividades Complementares AC	68
	Carga Horária Trabalho de Conclusão de Curso TCC	0
	Carga Horária de Estágio Supervisionado	0
TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO:		
Mínimo de 2,5 (dois e meio) anos e o máximo sugerido de 5 (cinco) anos para o término.		
REGIME DE MATRÍCULA:	PERIODICIDADE:	
Semestral	Anual	
NÚMERO DE VAGAS:	TURNO DE FUNCIONAMENTO:	
35 vagas anuais	Noturno	
FORMA DE INGRESSO:		
Processo Seletivo/SISU		
CAMPUS:		
IFMT Campus Campo Novo do Parecis Rodovia MT 235 – Km 12, Zona Rural, Campo Novo do Parecis/MT		

2 APRESENTAÇÃO

Este documento é a Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais, elaborado de acordo com a Resolução CONSUP/IFMT

nº 24, de 6 de julho de 2011, que aprovou a normativa para elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos superiores oferecidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), e consoante a Resolução CNE/CP nº 3, de 18 de dezembro de 2002, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia, e o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, aprovado pela Portaria MEC nº 413, de 11 de maio de 2016.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB pressupõe que a educação profissional esteja perfeitamente “...integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia” (Lei nº 9.394/96, art. 39), com objetivo de promover permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Tem-se, então, por meta, a crescente autonomia intelectual do trabalhador, capaz de articular e mobilizar competências que envolvam conhecimentos, habilidades, atitudes e valores capazes de, na vida prática, dar respostas inovadoras e criativas aos desafios profissionais e tecnológicos.

Estão presentes também, como marcos orientadores desta proposta, as decisões institucionais traduzidas nos objetivos do Instituto Federal de Mato Grosso, Campus Campo Novo do Parecis, quanto à compreensão da educação como uma prática social, que busca promover educação científico-tecnológico-humanística visando à formação integral do profissional-cidadão crítico-reflexivo, competente técnica e eticamente e comprometido efetivamente com as transformações sociais, políticas e culturais e em condições de atuar no mundo do trabalho na perspectiva da edificação de uma sociedade mais justa e igualitária, através da formação inicial e continuada de trabalhadores; da educação profissional técnica de nível médio; da educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação; e da formação de professores fundamentadas na construção, reconstrução e transmissão do conhecimento.

Na reestruturação curricular do Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais, proposto pelo grupo de trabalho formado pelos professores da área de gestão do Campus Campo Novo do Parecis, devidamente aprovadas pelo Núcleo Docente Estruturante, procurou-se estabelecer uma real consonância com o perfil do egresso, com qualificação profissional bem identificada e que efetivamente atenda à demanda do mundo do trabalho.

Em 2010, durante a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, o Campus Campo Novo do Parecis preocupou-se em atender a demanda da comunidade quanto à oferta de curso superior no eixo de Gestão e Negócios, além de possibilitar a continuidade dos estudos aos egressos do curso Técnico em Comércio. Naquele momento, sem a devida análise curricular, propôs-se o curso de Gestão Comercial. Todavia, a Comissão de Elaboração do PPC do Curso Superior de Tecnologia, após o estudo de mercado e ouvida a comunidade

externa, avaliou sobre a necessidade de ofertar um curso de caráter inovador que atenda tanto na dimensão da gestão quanto na dimensão gerencial, com ênfase na área empresarial; sem deixar de atender aos egressos do curso técnico supracitado.

O CST em Processos Gerenciais foi estruturado sob uma moderna visão do mundo do trabalho, oferecendo as disciplinas indispensáveis para o curso, especialmente voltadas para as novas tecnologias de gestão formando, portanto, um curso inovador, de aplicação prática. O curso é contemplado por um conteúdo programático adequado ao atual contexto organizacional (indústria, comércio e prestação de serviços), tanto local como nacionalmente, constituído de acirradas concorrências de mercado e manifestadamente carente de profissionais preparados para essa realidade.

O CST em Processos Gerenciais iniciou suas atividades no segundo semestre de 2014, com muita expectativa e, no segundo semestre de 2015 teve sua segunda entrada. Para normalizar as entradas anuais e fixá-las no início de cada ano, a terceira, quarta e quinta turma iniciaram suas atividades em 2017-1, 2018-1 e 2019-1.

O processo pedagógico do curso priorizou as competências e habilidades de caráter geral e específicas do Tecnólogo em Processos Gerenciais, enfatizando conteúdos curriculares de formação básica, profissional e suas tecnologias. A grade curricular evidenciou tópicos específicos do processo administrativo, visto serem imprescindíveis à função gerencial, como planejamento e organização, além daqueles comuns aos cursos de gestão.

Neste período, dos alunos que concluíram as disciplinas obrigatórias, somente 25 (vinte e cinco) colaram grau, ou seja, efetivamente concluíram o curso. Notou-se que, em sua grande maioria, os alunos não conseguiram elaborar o trabalho de conclusão do curso no devido tempo regulamentar. Acrescenta-se também a realização do estágio supervisionado e tem-se inúmeros alunos ainda em situação de dependência.

Diante desse fato, o corpo docente tem se mobilizado para conhecer e criar soluções que possibilitem a eficiência e eficácia geral do curso. Ressalta-se que este curso atende o aluno trabalhador, isto é, que já está inserido no mercado de trabalho e que volta à academia para aprimorar ou certificar seus conhecimentos sobre a área de gestão.

Aliando a este fato, o curso foi objeto da Comissão Avaliadora do INEP/MEC que pontuou a necessidade de aperfeiçoar uma série de indicadores e promover a melhoria sistemática do curso.

Conhecendo estes aspectos, observou-se a necessidade de uma reformulação que promova o atendimento das recomendações do MEC, da atualização do curso frente às necessidades do mercado cada vez mais dinâmico e interdisciplinar, que requer um espírito

científico, ético e criativo, e possibilite ao aluno concluir com êxito sua graduação, no tempo regulamentar, mantendo-se a qualidade do ensino, marca desta instituição.

3 PERFIL INSTITUCIONAL

A rede federal de educação profissional e tecnológica, cujas origens remontam ao ano de 1909, com a missão de oferecer educação profissional e tecnológica pública, gratuita e de qualidade, foi incumbida de contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico e sociocultural do país, sem perder de vista o seu caráter inclusivo e sustentável.

Pretende atuar em favor do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania. Para tanto, propõe um diálogo vivo entre educação e tecnologia. A tecnologia é o elemento transversal presente no ensino, na pesquisa e na extensão, configurando-se como uma dimensão que ultrapassa os limites das simples aplicações técnicas e amplia-se aos aspectos socioeconômicos e culturais. Nesta visão, pretende-se construir currículos centrados na dimensão tecnológica, privilegiando tanto os aspectos materiais das tecnologias envolvidas na formação profissional pretendida quanto prático ou a arte do como fazer.

O município de Campo Novo do Parecis vem apresentando ímpar crescimento econômico e social dentro do estado de Mato Grosso, gerando novos “postos de trabalho”. Muitas empresas necessitam de profissionais qualificados para preenchimento de vagas nos vários nichos de mercado, o que oferece diversas oportunidades para a atuação do Tecnólogo em Processos Gerenciais.

E o IFMT Campus Campo Novo do Parecis, como instituição que tem por finalidade formar e qualificar profissionais no âmbito da educação técnica e tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, redefiniu sua função social em consonância com as necessidades identificadas a partir da compreensão deste contexto social e econômico. Dessa forma, consciente do seu papel social, entende que não pode prescindir de uma ação efetiva que possibilite a definição de projetos que permitam o desenvolvimento de um processo de inserção do homem na sociedade, de forma participativa, ética e crítica.

4 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPUS

4.1 Dados de Identificação

Razão Social	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO – IFMT
---------------------	---

Campus	CAMPO NOVO DO PARECIS
Esfera Administrativa	Federal
Data de Criação	29/12/2008
Portaria	Nº 04, de 06/01/2009
Publicação no DOU	07/01/2009
Endereço	Rodovia MT 235 – Km 12, Zona Rural
Telefone	65 3382 6200
Sítio Institucional	www.cnp.ifmt.edu.br
Cidade/UF/CEP	Campo Novo do Parecis/MT/CEP 78.360-000

4.2 História do Campus

A chegada do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia a Campo Novo do Parecis se deu inicialmente através da instalação de uma Unidade de Ensino Descentralizada - UNED do então Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá – CEFET Cuiabá, atualmente Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus São Vicente, como parte do Plano de Expansão II da Rede Federal de Educação Tecnológica. A Prefeitura doou toda a área de 73 hectares, que antes abrigava a Escola Agrotécnica Municipal Dorvalino Minozzo, desativada há dois anos, à União, em solenidade de entrega de chaves realizada no dia 26 de novembro de 2007.

No ano de 2008, iniciaram as obras de construção e reformas nas 20 unidades, entre prédios de aula, blocos administrativos, biblioteca, refeitório, dormitório, viveiro, unidades de produção e outros. Os primeiros servidores da unidade, entre professores e técnicos administrativos, foram selecionados através de concurso público no mês de julho.

O mês de setembro marca o início efetivo das suas atividades pedagógicas com a primeira turma de Licenciatura em Matemática, quando 35 acadêmicos ingressaram no curso através de vestibular. No dia 8 de setembro foi realizada a aula magna do curso, com a presença do Diretor Geral do então CEFET Cuiabá, Leone Covari.

Ao iniciar o ano de 2009, com a criação dos Institutos Federais, a UNED Parecis tornou-se um dos dez campi do IFMT - o "Campus Campo Novo do Parecis", integrando este que é um dos maiores Institutos Federais de Educação de todo o Brasil.

Neste ano, o campus ofertou 280 vagas à comunidade, nos cursos de Técnico em Agropecuária (140 vagas), Licenciatura em Matemática (35 vagas), Bacharelado em Agronomia (70 vagas) e Tecnólogo em Agroindústria (35 vagas).

No ano de 2010, ampliou seu atendimento, trazendo um novo curso, o Técnico em Comércio, na modalidade PROEJA, com mais 35 vagas. Além de iniciar a primeira turma de pós-graduação lato sensu na área da Educação em PROEJA, num projeto conjunto com a Pró-

reitoria de Pesquisa.

Na perspectiva da ampliação da oferta de acesso ao ensino público profissionalizante, o campus expandiu, criando o Núcleo Avançado de Sapezal, em 2011, com a oferta do curso Técnico em Comércio, na modalidade subsequente.

E, no início de 2012, iniciou a oferta do curso técnico subsequente em Agropecuária, aproveitando a infraestrutura e pessoal docente existente.

Em 2016 iniciou o curso técnico em Manutenção e Suporte em Informática, integrado ao ensino médio, visando atender à necessidade da comunidade local.

O processo de construção deste Campus para que se configure num centro de formação de qualidade, no compromisso de formar e transformar a sociedade é um desafio permanente.

A implantação e ampliação gradativa dos cursos de tecnologia é um instrumento precioso para adequar o ensino superior brasileiro ao contexto da realidade socioeconômica do país. Não se trata apenas de implantar cursos novos, mas de criar uma nova sistemática de ação, fundamentada nas necessidades da comunidade.

4.3 Perfil do Campus

O IFMT - Campus Campo Novo do Parecis tem a missão de promover a educação integral por meio de ensino, pesquisa e extensão, formando profissionais que atuem de forma qualitativa, reflexiva e crítica, no desenvolvimento econômico, cultural e tecnológico da sociedade.

Por isso, possui um perfil agroindustrial, mas que volta a sua atenção à gestão para atender as necessidades de formação profissional no Município, considerando que tanto o município de Campo Novo do Parecis como a região vem apresentando ímpar crescimento econômico e social dentro do estado de Mato Grosso, gerando novos “postos de trabalho”.

4.4 Áreas de Atuação

O Campus Campo Novo do Parecis atua prioritariamente nas áreas agrícolas e agroindustriais. Mas, tem pautado suas definições de oferta de cursos a partir da demanda socioeconômica local e regional.

Assim, no concernente à formação técnica e tecnológica, considerando as orientações do Catálogo Nacional de CST e do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, este *campus* tem definido sua atuação nos seguintes eixos tecnológicos:

- a) Recursos Naturais;
- b) Produção Alimentícia;

- c) Gestão e Negócios;
- d) Informação e Comunicação.

Ainda, há a garantia da formação docente na área das Ciências da Natureza e Matemática, com a oferta da Licenciatura em Matemática.

4.5 Vocação

O agronegócio é a vocação principal do Município e da região. O Estado de Mato Grosso desponta como um dos mercados mais promissores nesta área. Dispõe ainda de diversos programas de incentivos fiscais e financeiros nas áreas industriais com infraestrutura adequadas, grandes reservas de recursos naturais, linhas de financiamento, programas de formação e captação de recursos humanos e rodovias federais.

Os arranjos produtivos locais têm foco nas áreas de Mecanização, Agropecuária, Agroindústria, Agronegócio e Turismo. O crescimento da agropecuária cria também boas possibilidades de investimentos nas áreas de comércio e setores industriais. Por isso, fomentar formação profissional na área de Gestão e Negócios, em diálogo com o agronegócio, e propor o desenvolvimento das atividades de suporte para a operacionalização da produção agrícola.

4.6 Princípios

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT, Campus Campo Novo do Parecis, enquanto instituição educacional pública de formação humana, científica e tecnológica, tem por princípios:

- defesa da educação pública e de qualidade;
- autonomia institucional;
- gestão democrática e descentralização gerencial, gerindo as atividades com ética e responsabilidade, alicerçadas no exercício da moral e da honestidade;
- compromisso social, parcerias e diálogo permanente com a sociedade;
- valorização do ser humano, com respeito à pluralidade e divergências de ideias, sem discriminação de qualquer natureza;
- construção e difusão do conhecimento, buscando atender as expectativas da sociedade e as exigências do mercado.

4.7 Finalidades

O IFMT - Campus Campo Novo do Parecis é instituição de ensino superior, especializado na oferta de educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino;

dotado de autonomia administrativa, financeira, patrimonial, didática e disciplinar, compatíveis com sua personalidade jurídica e de acordo com seus atos constitutivos.

Tem por finalidade formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica para os diversos setores da economia; devendo, ainda, realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, articulado com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional.

Em conformidade com a legislação específica que rege os institutos federais (Lei nº 11.892/2008), são finalidades deste *campus*:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

5 JUSTIFICATIVA

As novas tendências para a área de gestão das organizações decorrem basicamente de dois fenômenos que afetam a sociedade como um todo e suas relações com o mundo do trabalho. De um lado a nova reorganização produtiva e de outro lado as novas tecnologias.

O fenômeno de natureza socioeconômica, denominado reorganização produtiva, tem impulsionado todas as organizações a procurarem reduzir seus custos de operação, de forma a aumentar a sua competitividade nos mercados nacionais e internacionais. Em um mundo em que os negócios e as trocas comerciais se fazem sem as antigas restrições representadas pelas políticas que criavam reservas de mercado para os produtos nacionais, além de impor taxas alfandegárias que se constituíam em obstáculos à livre circulação de mercadorias importadas, para a sobrevivência das organizações torna-se agora fundamental não apenas reduzir custos para aumentar sua competitividade e assegurar sua permanência no mercado interno e externo, mas sim, de forma cada vez mais estratégica, qualificar os gestores que tratarão da complexidade destas ações no momento atual.

Entre inúmeras outras, uma das formas que as organizações encontraram para reduzir seus custos foi a de terceirizar parte de suas atividades. A estratégia que preconiza a terceirização como uma das ferramentas mais importantes à disposição das organizações sugere que as empresas devem manter apenas o núcleo essencial à sua área de negócios, aquele diretamente ligado a atividade principal, transferindo as responsabilidades da operação direta de serviços de apoio ou mesmo de etapas de produção não considerados da natureza intrínseca à organização.

Seguindo a tendência da reestruturação produtiva, que recomenda a terceirização dos serviços de apoio à atividade principal, as organizações têm entregado a terceiros boa parte e, às vezes, até a totalidade de suas rotinas administrativas. Por certo que uma parte desses profissionais perdeu seus empregos nas empresas para as quais trabalhavam, porém, também é verdade que o fenômeno descrito acima acabou por criar para tantos outros, novas oportunidades de inserção no mundo do trabalho, de forma distinta das anteriores e para as quais muitos deles não foram convenientemente preparados.

Assim, como uma das decorrências do intenso processo de reorganização produtiva pelo qual passa a sociedade brasileira, processo este ainda não concluído, os profissionais de gestão podem se estruturar de forma a oferecer, autonomamente ou como pequenos empresários, seus serviços às organizações existentes. Podem, ainda, atender a um contingente crescente de profissionais de diferentes áreas que, ao romperem seu vínculo empregatício com as

organizações nas quais trabalhavam, também passaram a trabalhar por conta própria, quer como profissionais autônomos, quer como titulares ou sócios de pequenas ou microempresas.

Em contraposição, os avanços da ciência e da tecnologia têm caracterizado profundas mudanças nas rotinas de gestão. O advento das tecnologias digitais e virtuais provocou uma verdadeira revolução nas práticas de gestão ao viabilizarem a automação dos serviços administrativos em geral, bem como a automação comercial, dos escritórios, bancária e dos meios de pagamentos. Essa outra variável, que afeta também o conjunto da sociedade e todos os setores produtivos, alterou radicalmente o quadro clássico das rotinas administrativas, executadas tradicionalmente.

Com a predominância do modelo de processamento descentralizado de dados, integrado em redes locais de informática, é possível, por exemplo, instalar equipamentos que, ao constatar a venda de um produto no caixa de um supermercado a partir da leitura de seu código de barras, ao mesmo tempo em que emite documento fiscal, registra, em tempo real, sua baixa nos estoques e informa, também de forma *on-line*, à área funcional de compras a necessidade de repor aquele item nos estoques; tudo isso é feito com absoluta confiabilidade, instantaneamente e sem a necessidade de se emitir qualquer documento interno.

Assim, o que se configura hoje como uma tendência irreversível, e que já é realidade em muitas organizações, mostra que não basta aos profissionais de gestão conhecer o hardware e seus periféricos, bem como dominar o uso de aplicativos que interessem exclusivamente a uma determinada área funcional. É preciso que entendam as informações com as quais trabalham, como sendo estratégicas e, por conseguinte, possuem uma visão mais ampla do ambiente interno e suas relações diretas com o meio externo.

Nessa área, o desafio está justamente em introduzir nos currículos dos cursos da área de gestão componentes que considerem as competências relacionadas a esta segunda revolução da informática, resultante do advento de softwares integrados e da internet, que geram informações permitindo a interligação das diversas áreas funcionais da empresa, bem como a interligação destas com agentes externos (fornecedores, clientes, distribuidores, instituições financeiras etc.).

Assim, além dessas duas macrotendências, devemos analisar ainda outras implicações decorrentes do caráter interdisciplinar desta área profissional e são grandes desafios à qualificação desses profissionais. Em especial, a capacidade de identificação, análise e solução de problemas no mundo real dos negócios. Mais do que reproduzir técnicas e processos, o gestor no novo milênio precisa deter conhecimentos de todas as áreas funcionais da empresa e a

capacidade de interligá-las e coordená-las, geri-las de maneira eficiente e inovadora, sempre atento às necessidades e reações do mercado.

O CST em Processos Gerenciais procura atender as necessidades do mundo globalizado, disponibilizando, através de uma formação ampla, uma visão integral e abrangente da gestão de uma empresa, que perpassa todos os níveis administrativos, a fim de desenvolver as habilidades gerenciais. Mais do que desenvolver habilidades técnicas e humanas dentro da organização, o gestor precisa estar apto para compreender a sua totalidade, como bem definido por Chiavenato (2003, p. 3):

HABILIDADES CONCEITUAIS envolvem a visão da organização ou da unidade organizacional como um todo, a facilidade em trabalhar com ideias e conceitos, teorias e abstrações. Um administrador com habilidades conceituais está apto a compreender as várias funções da organização, complementá-las entre si, como a organização se relaciona com seu ambiente, e como as mudanças em uma parte da organização afetam o restante dela. As habilidades conceituais estão relacionadas com o pensar, com o raciocinar, com o diagnóstico das situações e com a formulação de alternativas de solução dos problemas. Representam as capacidades cognitivas mais sofisticadas do administrador e que lhe permitem planejar o futuro, interpretar a missão, desenvolver a visão e perceber oportunidades onde ninguém enxerga nada.

Desenvolver as habilidades conceituais significa desenvolver a capacidade de pensar, de atuar em situações organizacionais complexas, diagnosticando problemas e propondo soluções e inovações na organização.

Diante do exposto, os temas antes restritos a grandes centros financeiros, dilui-se a todo o território nacional e o Estado de Mato Grosso, em especial a região do Município de Campo Novo do Parecis tem se destacado no cenário nacional. Se de um lado o Município se destaca como grande produtor e exportador de grãos, dono de uma produção altamente mecanizada e tecnológica, de outro padece de mão de obra qualificada.

Acerca do contexto socioeconômico campo-novense, sobretudo no que se refere à atividade econômica, com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Programa de Disseminação das estatísticas do Trabalho (PDTE) e do Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Mato Grosso, realizado no âmbito da Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso (SEPLAN/MT), Matias (2019) ressalta que:

[...] dados de 2016, mostram que Campo Novo do Parecis possuía o 9º maior Produto Interno Bruto (PIB) per capita do estado de Mato Grosso, e o 10º maior levando em consideração a soma total das riquezas. [...] Contudo, quando considerado especificamente o setor econômico agropecuário, o município fica em 3º lugar no estado e em 4º lugar no ranking nacional. A

cidade também se destaca como o 10º maior PIB ligado à atividade industrial e de serviços no estado de Mato Grosso. [...] De forma geral, o município de Campo Novo do Parecis, no âmbito do Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Mato Grosso, se mostra ancorado nas atividades do setor primário. [...] o município também se destaca no setor secundário, sobretudo nas atividades correlatas – que dão continuidade – às atividades desenvolvidas no setor primário (Indústria Sucroalcooleira e Outras Agroindústrias). Dessa forma, mesmo a indústria ainda possuindo lugar coadjuvante na composição do PIB do município, as atividades desenvolvidas no setor secundário o colocam em destaque no contexto econômico mato-grossense (p. 178; 187).

Acerca do mercado de trabalho:

[...] percebe-se uma prevalência histórica, em número de vagas de emprego, no ramo da Agropecuária, destacando-se o setor do Comércio como o segundo maior empregador na cidade, enquanto a Indústria e o setor de Serviços empregam uma quantidade semelhante de trabalhadores no município. A tendência, de forma geral, entre o período de 1999 a 2017, foi de crescimento do mercado de trabalho (MATIAS, 2019, p. 189).

Assim, no município de Campo Novo do Parecis, a pujança econômica da atividade agropecuária traz consigo não somente o desenvolvimento dos demais setores econômicos como também uma série de oportunidades, tanto de empreendimentos como de trabalho, nas quais um curso superior na área tecnológica de Gestão de Negócios, se faz essencial.

Em Campo Novo do Parecis, no âmbito do eixo tecnológico Gestão e Negócios, o curso de Tecnologia em Processos Gerenciais ofertado pelo IFMT é o único na modalidade presencial e totalmente gratuito. Nesse contexto, a procura pelo curso tem-se mantido satisfatória, apresentando índice de concorrência de 2,56 no processo seletivo de ingresso de discentes para o semestre letivo 2020/1.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Campus Campo Novo do Parecis localiza-se na região central do Mato Grosso, distante 395 km de Cuiabá, a capital do Estado de Mato Grosso. A região é carente de instituições de ensino superior que propiciem a formação profissional de sua população. O Campus Campo Novo do Parecis nasceu com o objetivo de promover a produção do conhecimento e a transformação social desta região, municiando o Município e a região de profissionais para alavancar o seu potencial atingindo o desenvolvimento econômico e social tão almejado por todos.

6 OBJETIVO GERAL

De acordo com as diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE), o curso de Processos Gerenciais apresenta a proposta de uma formação continuada para o setor produtivo, utilizando técnicas administrativas aplicadas aos ambientes organizacionais e econômicos característicos de empresas de qualquer porte. Dessa forma, o curso de Tecnologia em Processos Gerenciais, ofertado pelo IFMT no *campus* Campo Novo do Parecis, tem por objetivo qualificar profissionais para atuação no mundo do trabalho, em curto prazo, na gestão de negócios próprios ou de terceiros, aptos para planejar, organizar, dirigir e controlar as mais variadas situações organizacionais, visando prepará-los para atender o perfil requisitado no Município de Campo Novo do Parecis e região, que envolve áreas complexas do agronegócio, como empresas multinacionais, importadoras, exportadoras, bem como médias e pequenas empresas e/ou empresas familiares de varejo de consumo e serviços. Pretende, ainda, promover o espírito empreendedor, visando o desenvolvimento local e regional, propiciando aos alunos uma formação sólida, com adequada fundamentação teórico-prática, humanista, crítica e reflexiva, para que atuem com ética e competência em suas funções nos subsistemas gerenciais, capacitados para gerir e assessorar à gestão das organizações.

7 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

São objetivos específicos:

- a) capacitar pessoas para atuarem na gestão de organizações nas mais variadas atividades econômicas;
- b) desenvolver raciocínio lógico e senso crítico - analítico, para a otimização dos recursos e criação de mecanismos de desenvolvimento organizacional;
- c) preparar profissionais capazes de identificar ameaças e oportunidades de Processos Gerenciais;
- d) ensinar a pensar e agir estrategicamente a carreira e/ou o negócio e preparar profissionais comprometidos com a ética e com a responsabilidade social;
- e) Capacidade de desenvolver e aplicar conhecimentos e experiências de vida no cotidiano de trabalho, aplicando em sua atuação profissional modelos atuais e adaptáveis inerentes a qualquer área;
- f) desenvolver capacidade de criar, implementar soluções e consolidá-las como estratégias para a organização;
- g) incentivar e mitigar a atuação e investimentos a pesquisa científica, em busca do aprimoramento e evolução da ciência e tecnologia.

h) influenciar a capacidade de cooperação entre os pares e demais profissionais para organizar, fomentar e desenvolver projetos voltados para o crescimento sustentável regional;

i) fomentar a adaptação profissional às novas tendências do mundo do trabalho, em especial quanto à utilização das TICs – Tecnologias da Informação e Comunicação como dispositivos que viabilizam e transformam qualitativamente produtos, serviços e processos.

8 DIRETRIZES

O CST em Processos Gerenciais foi desenvolvido para formar profissionais, tecnicamente capacitados, aptos a entrarem mais rápido no mundo do trabalho com competências e habilidades para gestão em diferentes áreas.

O CST em Processos Gerenciais visa refletir e responder a demanda regional específica para o atendimento aos arranjos produtivos, culturais e sociais no eixo tecnológico de Gestão e Negócios.

Este curso, aberto a candidatos egressos do ensino médio ou equivalente, está fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico, consubstanciadas na legislação atinente. Compreende as competências profissionais, tecnológicas, gerais e específicas, incluindo os fundamentos científicos e humanísticos necessários ao desempenho profissional voltado para a gestão de negócios de qualquer porte.

A formação profissional é, cada vez mais, um diferencial para conquistar um lugar no mercado de trabalho. O profissional graduado em Processos Gerenciais possui diversas oportunidades de atuação gerencial, seja em empresas privadas ou públicas, de todos os portes e ramos de atuação, em áreas como: Recursos Humanos, Marketing, Finanças, Logística, entre outras, com capacidade empreendedora e administrativa, dinâmica e inovadora, para atuar em equipe e com comportamento ético pautado em ações proativas com responsabilidade social e ambiental.

E uma das vantagens do curso é que mesmo tendo uma duração menor, o graduado tem, também, direito ao registro profissional no CRA (Conselho Regional de Administração).

O curso será desenvolvido em cinco semestres consecutivos, ofertando 31 disciplinas em caráter obrigatório, totalizando 1.632 (mil, seiscentos e trinta e duas) horas. Será exigido do aluno a realização de 68 (sessenta) horas de atividades complementares, nos termos de seu regulamento próprio, realizadas ao longo do curso.

9. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O Projeto Pedagógico do CST em Processos Gerenciais foi construído a partir de diretrizes legais e está fundamentado em diversos documentos e leis que regem e disciplinam a estruturação de cursos tecnológicos.

A base norteadora geral foi a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esta lei foi complementada pelo Decreto Federal nº 5.154, de 23 de julho de 2004 e pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. A seguir estão listados, os principais documentos consultados que orientaram a elaboração deste PPC:

- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Emendas Constitucionais de Revisão. LEI Nº 9.394/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. PARECER CNE/CEB Nº 5/97. Proposta de Regulamentação da Lei 9.394/96. PARECER CNE/CES Nº 776/97. Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação.
- RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 3/02. Institui as Diretrizes Curriculares nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.
- DECRETO Nº 5.154/04. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.
- RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 6/06. Solicita pronunciamento sobre Formação Acadêmica x Exercício Profissional.
- PARECER CNE/CES Nº 277/06. Nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação.
- PORTARIA NORMATIVA MEC 12/2006. Dispões sobre a denominação dos cursos superiores de tecnologia ao Catálogo nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.
- PORTARIA MEC Nº 282/06. Inclusões no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.
- PARECER CNE/CES Nº 19/08. Consulta sobre o aproveitamento de competências de que trata o art. 9º da Resolução CNE/CP no 3/2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.
- PARECER CNE/CES Nº 239/08. Carga horária das atividades complementares nos cursos superiores de tecnologia.

- LEI Nº 13.005/2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. PARECER CNE/CES Nº 436/01. Orientações sobre os Cursos Superiores de Tecnologia - Formação de Tecnólogo. PARECER CNE/CP Nº 29/02. Diretrizes Curriculares nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico.
- RESOLUÇÃO CONSUP/IFMT Nº 81/2020. Aprova o Regulamento Didático do Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT.
- LEI nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (CNCST), 3ª Edição, 2016.
- RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO PRESENCIAL. Reconhecimento e renovação de reconhecimento, Código de avaliação 132175 e protocolo nº 201609672.
- PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) 2019-2023. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.
- Decreto nº 9.235 de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.
- Portaria Normativa nº 21, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC.
- Portaria Normativa nº 22, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância, integrantes do sistema federal de ensino.
- Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.
- Lei nº 12.089, de 11 de novembro de 2009, que trata sobre a ocupação de vagas simultâneas em cursos ofertados por instituições públicas.

- Novo Instrumento de avaliação dos Cursos de Graduação aprovado pela Portaria MEC N°1.383 de 31 de outubro de 2017.
- Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Lei n° 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004).
- Lei n° 9.795/1999 e Decreto n° 4.281/2002 que institui as Políticas de Educação Ambiental.
- Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
- Legislações que tratam das condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei n° 10.098/2000, nos Decretos n° 5.296/2004, 6.949/2009, n° 7.611/2011 e na Portaria n° 3.284/2003.
- Resolução 22/2021-RTR-CONSUP/RTR/IFMT, de 25 de maio de 2021. Aprova o Regulamento da Curricularização de Extensão no IFMT;
- Resolução CONSUP n° 027, de 28 de junho de 2019. Regulamenta as Ações de Extensão do IFMT;
- Resolução CONSEPE n° 021/2021. Regulamenta a Curricularização da Extensão no Âmbito do IFMT.

10 REQUISITOS DE ACESSO AO CURSO

O CST em Processos Gerenciais ofertará 35 (trinta e cinco) vagas com entrada anual, no período noturno aos estudantes que possuem certificado de conclusão do ensino médio ou que concluirão o mesmo até o ato da matrícula. O acesso ao curso poderá ser feito através de processo seletivo aberto ao público ou convênios, para o primeiro período do curso ou transferência, para período compatível.

Sendo aberto ao público, será divulgado através de edital publicado na Imprensa Oficial, no sítio eletrônico da instituição e em pelo menos um jornal local de grande circulação, com indicação dos requisitos, condições e sistemática do processo, além do número de vagas oferecidas.

O processo seletivo avaliará os conhecimentos prévios adquiridos no ensino médio ou equivalente; e, para tanto, se observará os Parâmetros Curriculares Nacionais.

No processo seletivo se adotará uma ou mais das seguintes estratégias de avaliação:

- a) Provas de vestibular;
- b) Análise de desempenho no Ensino Médio;
- c) Exame de proficiência;
- d) ENEM;
- e) Outros a serem determinados previamente em Edital.

As outras medidas avaliativas, o número de classificados e chamados será estabelecido em Edital próprio do processo seletivo. Observadas as condições de infraestrutura e recurso humanos, está planejado inicialmente para 35 discentes regulares. Os fatores condicionantes ao ingresso se dão nos termos da Lei.

Caso ocorram vagas remanescentes, poderão ter acesso aos cursos os portadores de diplomas de cursos superiores e ou transferidos de outras Instituições de Ensino Superior, com cursos equivalentes aos oferecidos no IFMT – Campus Campo Novo do Parecis, condicionadas a existência de vaga e obedecidos os prazos e formalidades previstas no calendário escolar.

Como política de inclusão social, o IFMT – Campus Campo Novo do Parecis, está em processo de estruturação do NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais), como órgão responsável pela coordenação das atividades ligadas à inclusão. O NAPNE, então, iniciará o desenvolvimento de ações promotoras da inclusão de PNEs em nosso *campus*.

11 PÚBLICO-ALVO

O CST em Processos Gerenciais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus Campo Novo do Parecis tem como público-alvo portadores de diploma do Ensino Médio, profissionais que atuam na área de gestão organizacional de agronegócio que visam o aperfeiçoamento do desempenho de suas funções, empresários formais ou autônomos e a demais interessados no crescimento profissional.

O Curso será anual, com o ingresso dos discentes, considerando:

- a) número de alunos: 35 vagas por processo seletivo;
- b) tempo ideal para integralização das disciplinas: 5 semestres;
- c) turno: noturno.

12 INSCRIÇÃO

A inscrição para seleção do Campus Campo Novo do Parecis obedecerá ao Regulamento Didático vigente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.

Para se inscrever na seleção para concorrer às vagas do CST em Processos Gerenciais o candidato deverá ter conhecimento das condições estabelecidas no edital, mas também assumir estar de acordo em aceitar todas elas. Por isso não poderá alegar desconhecimento posteriormente.

Para inscrever-se no processo seletivo, mediante orientações previstas em edital específico, deverão ser apresentados para o preenchimento do formulário de inscrição, no mínimo, os documentos: CPF, cédula de identidade ou documento equivalente, oficial, com foto, de validade nacional.

13 MATRÍCULA

A matrícula consiste no ato formal de ingresso no curso. É obrigatória, semestral e por disciplina, não havendo renovação automática. No primeiro semestre do Curso, deverão ser cursadas, obrigatoriamente, todas as disciplinas.

Qualquer irregularidade na documentação exigida no ato ou após a matrícula resultará na perda de vaga.

Após aprovação no processo seletivo, a efetivação da matrícula obedecerá às regras definidas no Edital referente ao processo seletivo, que fará a previsão da documentação necessária.

14 TRANSFERÊNCIA

Os processos de transferência, no âmbito do *Campus* Campo Novo do Parecis, obedecerão ao Regulamento Didático vigente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.

15 PERFIL DO EGRESSO DO CURSO

Segundo o PDI/IFMT 2019-2023 (IFMT, 2019, p. 119), “os egressos dos cursos do IFMT deverão ser profissionais com a competência técnico-científica demandada pelo mercado de trabalho e agentes de transformação social das comunidades em que vivem”. Estas competências “como elemento norteador a capacidade de efetuar a transformação do saber fazer em saber ser, que permite ao indivíduo mais que discorrer sobre o seu trabalho, realizando-o de maneira eficiente” (ibidem).

Neste sentido, o profissional formado pelo CST em Processos Gerenciais do IFMT Campus Campo Novo do Parecis deve ser capaz de responder aos desafios da sociedade

contemporânea no contexto da globalização, com competências, ou seja, conhecimentos, habilidades e atitudes, que permita transcender o papel de mero aplicador de técnicas.

a) conhecimentos: implementar planos e modelos de negócios, utilizando métodos e técnicas de gestão na formação e organização empresarial;

b) habilidade: capacidade para lidar com pessoas, capacidade de comunicação, trabalho em equipe, liderança, negociação, busca de informações, tomada de decisão em contextos econômicos, políticos, culturais e sociais;

c) atitudes: desenvolvimento de aspectos pessoais da personalidade como a proatividade, disciplina, empatia, flexibilidade, buscando a inovação e melhoria constantes.

Ele deverá revelar uma sólida formação teórica, prática, vivencial e humanista e uma visão sistêmica que lhe permita identificar pontos relevantes para a criação, gestão e desenvolvimento de negócios. Ao terminar seu curso, ele deverá sentir-se apto a:

a) analisar e avaliar o ambiente interno e externo e formular objetivos e estratégias gerenciais;

b) planejar, projetar, gerenciar e promover os processos organizacionais e os sistemas da organização;

c) desenvolver e gerenciar processos logísticos, financeiros e de custos;

d) otimizar os recursos da organização, por meio de melhorias nos processos gerenciais;

e) promover a gestão e governança por processos e conseqüentemente o desenvolvimento de sistemas, a gestão do conhecimento, o redesenho e a melhoria institucional;

f) promover a mudança organizacional planejada;

g) analisar a viabilidade econômico-financeira da implantação de empreendimentos;

h) resolver problemas através da tomada de decisão;

i) desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;

j) desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico nos diversos âmbitos gerenciais, organizacionais e sociais;

k) desenvolver suas atribuições enquanto gestor utilizando eficientemente as tecnologias da informação e comunicação promovendo seu diferencial competitivo no mercado.

Assim, uma vez concluído o curso, os egressos terão condição para o prosseguimento de estudos em cursos em nível de pós-graduação. Importante destacar que o Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais pretende formar cidadãos aptos a atuar na área de gestão, no planejamento, organização, direção e controle das diversas atividades econômicas, principalmente aquelas voltadas ao agronegócio que é tido como impulsionador da economia

local, bem como no varejo de bens de consumo e serviços em suas dimensões sociais, políticas e ambientais voltadas para o desenvolvimento regional integrado e sustentado. Essa aptidão dará suporte à inserção dos egressos no mercado de trabalho, não apenas como mais um profissional, mas sim, enquanto pessoa capaz de contribuir com o desenvolvimento do contexto onde está inserido.

16 RECONHECIMENTO E RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO CURSO

O reconhecimento e renovação de reconhecimento do Curso de Processos Gerenciais está pautado no decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, no seu artigo nº 46, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

17 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Por acreditar na necessidade de um novo curso com garantia de acesso e de permanência a seus alunos, formação com qualidade e que responda aos interesses da demanda local e regional, é que o CST em Processos Gerenciais propõe sua estruturação curricular dinâmica e flexível, como espaço democrático para atender novos modos e ritmos de acesso e apropriação do conhecimento e às peculiaridades e necessidades do mercado de trabalho local e regional, mas que permite também, como descreveremos a seguir, que o próprio acadêmico defina as especificidades de seu campo de atuação no Curso que escolheu.

A organização curricular integra necessariamente as três instâncias de atuação do corpo docente, e deste modo o regime de trabalho será compreendido, na sua integralidade, como destinado ao ensino, à pesquisa e à extensão.

Os docentes estão constituídos numa estrutura organizacional apoiada num órgão colegiado. Congregados neste Colegiado, os docentes desenvolverão trabalho pedagógico no CST em Processos Gerenciais a partir do fortalecimento do desenvolvimento de atividades interdisciplinares, a priori entre as disciplinas que ocorram no mesmo semestre letivo, não descartando a realização de atividades que transbordem esta periodização. Será estimulado o trabalho com projetos que sejam articulados entre diferentes áreas do conhecimento. Nessa articulação se pretende um trabalho docente interdisciplinar, garantindo assim aos acadêmicos do curso a oportunidade de perceber a construção do conhecimento a partir do compartilhamento de saberes e de experiências, e de desenvolver olhares, concepções e práticas globais sobre/na realidade em que vivem e atuam.

O curso está organizado em regime semestral e na organização das estratégias pedagógicas, seu desenvolvimento compreenderá disciplinas obrigatórias, com carga horária total de 1.632 (um mil, seiscentos e trinta e duas) horas e atividades complementares, com carga horária de 68 (sessenta e oito) horas, sendo assim constituídos:

a) Conteúdos de Formação Básica: Esse eixo temático será responsável pelo desenvolvimento de conteúdos para fundamentação do profissional. Sendo assim, são elencados os componentes curriculares abaixo:

CAMPO DE FORMAÇÃO	COMPONENTES CURRICULARES
Formação Básica	Português Instrumental
	Metodologia de Pesquisa
	Ética e Responsabilidade Socioambiental
	Matemática
	Língua Brasileira de Sinais

b) Conteúdos de Formação Profissional: neste eixo temático serão abordados conteúdos específicos da formação da área de Gestão de Processos. Assim sendo, os componentes curriculares que serão ministrados, estão demonstrados no quadro a abaixo:

CAMPO DE FORMAÇÃO	COMPONENTES CURRICULARES
Formação Profissional	Teoria das Organizações
	Gestão de Processos
	Contabilidade Básica
	Gestão da Produção
	Gestão do Agronegócio
	Gestão de Custos
	Planejamento e Gestão Estratégica
	Gestão de Pessoas
	Sistemas de Informação Gerencial
	Gestão de Projetos Empresariais
	Gestão Financeira e Orçamentária
	Marketing
	Logística e Cadeia de Suprimentos
	Gestão pela Qualidade
	Empreendedorismo
Análise de Resultados Financeiros	

c) Conteúdos de Formação Complementar: O objetivo neste eixo temático, é que o aluno possa ter uma possibilidade de melhorar o seu perfil, através de experiências diversificadas e importantes para o seu futuro profissional, pretendo dessa forma, aproximá-lo

das experiências acadêmicas compatíveis com o mercado de trabalho. Os componentes curriculares que fazem parte deste eixo estão expostos no quadro a seguir.

CAMPO DE FORMAÇÃO	COMPONENTES CURRICULARES
Formação Complementar	Informática Aplicada
	Economia e Mercado
	Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional
	Legislação Aplicada à Negócios I
	Legislação Aplicada à Negócios II
	Projeto Integrador I
	Projeto Integrador II
	Projeto Integrador III
	Comportamento Organizacional
	Simulação e Prática Empresarial I
	Simulação e Prática Empresarial II
	Tópicos Especiais em Processos Gerenciais I
	Tópicos Especiais em Processos Gerenciais II

Perfazendo, então, a carga horária total do curso: 1.700 (um mil e setecentas) horas. Os dias letivos do Curso de Tecnologia em Processos Gerenciais acontecerão de segunda a sexta-feira, no período noturno; e, ocasionalmente sábados à tarde. Os dias letivos estarão organizados em 4 (quatro) aulas diárias de 50 (cinquenta) minutos cada e os semestres letivos organizados em 20 (vinte) semanas.

17.1 Disciplinas Obrigatórias

Serão aquelas desenvolvidas ao longo dos cinco semestres (tempo normal do curso). Seus programas, planejamento e avaliação serão definidos e desenvolvidos pelos docentes. A carga horária total de disciplinas obrigatórias é de 1.632 horas.

17.2 Atividades Complementares

São atividades pedagógicas que fazem parte do currículo obrigatório, assim como as atividades anteriormente descritas, mas que tem o diferencial de serem sugeridas pelo corpo docente do curso e pelos acadêmicos. Este tipo de atividade permite um currículo flexível e que o acadêmico tenha participação na construção do seu perfil profissional. Até a conclusão do curso cada aluno deverá comprovar, junto a Coordenação de Curso, a participação em no mínimo 68 (sessenta e oito) horas aulas destinadas a esse tipo de atividade pedagógica, conforme orienta o Regulamento de Atividades Complementares do Campus (Portaria nº 41/2010).

17.3 Projetos e ações especiais e de Educação Inclusiva

Muitos alunos do ensino tecnológico vivem as incertezas próprias advindas de seu contexto histórico, socioeconômico, político e cultural. Em razão disso, faz-se necessária a adoção de procedimentos didático-pedagógicos, que possam auxiliar os estudantes nas suas construções intelectuais, procedimentais e atitudinais, tais como:

- a) Entender as múltiplas relações que o homem estabelece na sociedade;
- b) Reconhecer a existência de uma identidade comum do ser humano, sem esquecer-se de considerar os diferentes ritmos de aprendizagens e a subjetividade;
- c) Adotar a pesquisa como um princípio educativo;
- d) Estimular a prática de estudo independente, visando a uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno;
- e) Articular e integrar os conhecimentos das diferentes áreas sem sobreposição de saberes;
- f) Adotar atitude interdisciplinar e transdisciplinar nas práticas educativas;
- g) Contextualizar os conhecimentos sistematizados, valorizando as experiências dos alunos, sem perder de vista a construção e reconstrução do saber escolar;
- h) Organizar um ambiente educativo que articule múltiplas atividades voltadas às diversas dimensões de formação, favorecendo a transformação das informações em conhecimentos diante das situações reais de vida;
- i) Diagnosticar as necessidades de aprendizagem do aluno a partir do levantamento dos seus conhecimentos prévios;
- j) Elaborar materiais a serem trabalhados em aulas expositivas dialogadas e atividades em grupo;
- k) Promover a capacidade de continuar aprendendo;
- l) Compreender e acompanhar as mudanças nas condições de trabalho;
- m) Propiciar o prosseguimento de estudos em cursos de pós-graduação.

A proposta do curso é integrar a ciência e a tecnologia, desenvolvendo aptidões e instrumentando os alunos com conhecimentos para aplicá-los no mercado de trabalho, estimulando principalmente o espírito analítico e crítico, além da busca constante pelo crescimento intelectual, verticalizando-se com diversas competências. Pretende-se construir um ambiente de reflexão que leve o aluno a observar e experimentar as mais diversas possibilidades, por meio da oferta de conhecimentos que integrem teoria, técnica e prática, com conteúdos atualizados e adaptados à realidade sócio-política-cultural.

Ressalta-se que a concepção do PPC e os princípios pedagógicos que o fundamentaram consideram as questões de inclusão social dos alunos com necessidades específicas (NE). O Campus Campo Novo do Parecis, possui o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) institucionalizado cujo propósito é criar estratégias de inclusão, permanência e acolhimento dos estudantes.

17.3.1 Pessoas com Necessidades Especiais (PNEE)

Segundo o Decreto Nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005 que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000 destaca em seu Art. 3º “A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”. Já no § 2º do mesmo artigo “A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.” Assim entende-se pelo colegiado que deve ser ofertada como disciplina optativa.

17.4 Temas Transversais

Considerando a necessidade da formação do ser humano integral e de um modelo ideal de sociedade, a organização curricular deste CST em Processos Gerenciais primará pela inclusão de conteúdos transversais no decorrer das disciplinas voltados para:

17.4.1 Questões Étnicas e raciais

Diante da diversidade de culturas e pessoas vindas de outros estados do país para compor a mão de obra na cidade e região e torna-se cada vez mais necessária a valorização dessas culturas, que será a base para o trabalho da questão étnica e racial dentro do CST em Processos Gerenciais. Cabe ressaltar as várias comunidades indígenas presente no local e nas regiões próximas, reforçando a importância de se trabalhar as identidades étnicas, histórias, valorização dos conhecimentos dos povos e sua diversidade cultural. Sendo assim, a educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, nos termos da Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008 e da Resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho de 2004 serão tratados de forma transversal na disciplina Ética e Responsabilidade Socioambiental e Gestão de Pessoas.

Levando em conta esses aspectos, se buscará o desenvolvimento e adoção de práticas pedagógicas e conteúdos curriculares que contemplem e respeitem as diversidades referente a gênero e sexualidade e às relações étnico-raciais. Concomitante a isso, pretende-se contribuir para a construção de um espaço escolar democrático, pluralista; que identifique e reconheça as diferenças.

Como medidas diretas se adotarão: palestras de divulgação da cultura indígena local; elaboração de oficinas temáticas que foquem a cultura regional e participação de eventos municipais que valorizem a inclusão das minorias, como o Dia da Consciência Negra.

17.4.2 Questões de Gênero

Conforme a Nota Técnica nº 24/2015 – CGDH/DPEDHUC/SECADI/MEC, o conceito de gênero diz respeito à construção social de práticas, representações e identidades que posicionam os sujeitos a partir de uma relação entre masculinidade e feminilidade. É conceito fundamental para compreender a dimensão histórica, social, política e cultural das diferenças e do próprio processo de construção subjetiva de homens e mulheres.

Já o conceito de orientação sexual, diz respeito a como cada sujeito vivencia suas relações sexuais e afetivas. É imprescindível para a compreensão dos aspectos sociais, culturais e históricos da sexualidade e tem implicações imediatas no entendimento sobre arranjos familiares, por exemplo.

Os conceitos de gênero e orientação sexual podem ajudar a compreender as desigualdades históricas entre homens e mulheres, além de ser central na compreensão e enfrentamento de diferentes formas de discriminação e violência, incluídos o machismo, o sexismo, a homofobia, o racismo e a transfobia, que se reproduzem também em espaços escolares.

Pensando nesse contexto, o Campus Campo Novo e o CST em Processos Gerenciais buscam trabalhar o conhecimento destes conceitos, produzido cientificamente, de maneira transversal e em alguns componentes curriculares específicos, como na disciplina de Ética e Responsabilidade Socioambiental e Gestão de Pessoas, como forma de garantia dos direitos, em especial do direito à educação, e de enfrentamento às diferentes formas de violência, promovendo a cultura da paz. Cabe destacar, o trabalho da Assistência Estudantil do Campus e os eventos da área de Artes do Instituto, com o evento do Circuito de Arte e Cultura que vem desenvolvendo movimentos como oficinas, palestras, debates em grupo sobre o tema, enriquecendo as informações e quebra de paradigmas voltados à dignidade humana, igualdade

de direitos, importância do respeito a diferença e diversidade de pensamentos, assim como a laicidade do Estado e consolidação da democracia.

17.4.3 Educação Ambiental

Levando em consideração a região que a cidade está inserida, ao redor de uma rica fauna, terras indígenas protegidas, o contexto da Educação Ambiental faz parte do processo educativo, visto que o profissional formado em CST em Processos Gerenciais necessitará de uma postura que conduz a um saber ambiental materializado nos valores éticos e nas regras políticas de convívio social e de mercado, isso diz respeito a prejuízos da apropriação e do uso da natureza. Portanto, este tema será trabalhado de modo transversal, contínuo e permanente, direcionando o aluno para a cidadania ativa considerando seu sentido de pertencimento e corresponsabilidade que, por meio da ação coletiva e organizada, busca a compreensão e a superação das causas estruturais e conjunturais dos problemas ambientais. Adotada na instituição com base na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002 que está integrada de modo transversal na disciplina de Ética e Responsabilidade Socioambiental.

17.4.4 Educação em Direitos Humanos

A educação em direitos humanos é tida como um processo sistemático e multidimensional que permeia na formação do sujeito de direitos, abrangendo as seguintes dimensões:

- a) apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;
- b) afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;
- c) formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, ético e político;
- d) desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados;
- e) fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações.

Dessa forma e levando em consideração ao que determinam as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012), os

conteúdos referentes a essa temática serão tratados nos componentes curriculares Legislação Aplicada a Negócios I e II e Ética e Responsabilidade Socioambiental.

17.5 Curricularização da Extensão

O Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais optou por curricularizar 10% de sua carga-horária destinada à extensão, com base legal na Resolução CNE/CES 07/2018, bem como no Regulamento das Ações de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (Resolução CONSUP nº 27/2019).

A curricularização da extensão tem a finalidade de promover a integração entre ensino, pesquisa e extensão ao longo da trajetória acadêmica no respectivo curso; desenvolver uma relação interativa entre professores, servidores técnicos administrativos e acadêmicos no desenvolvimento das atividades de extensão; atender a comunidade externa como processo de aplicação de soluções acadêmicas ou institucionais a questões do meio social, especialmente junto a grupos em vulnerabilidade socioeconômica e/ou ambiental; indução do desenvolvimento sustentável, especialmente no universo dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais (APLs); e preparar os acadêmicos para sua atuação no mundo do trabalho, conforme as dinâmicas do meio social e seu perfil de formação, em conformidade com o perfil do egresso proposto.

Para os 5 semestres são destinadas cargas-horárias às disciplinas para que juntas ou individualmente desenvolvam, no decorrer de cada período letivo, projetos integradores e ações de extensão junto à comunidade. Para constar, este projeto orienta que as ações sejam integradas e interdisciplinares, à medida do possível e considerando a temática de cada projeto.

Serão organizadas ações para o desenvolvimento deste tópico em duas modalidades, da seguinte forma:

1. Nos componentes curriculares específicos de extensão vinculados a programas, projetos ou atividades de extensão envolvendo os acadêmicos, registrados no campus, com ampla participação da comunidade externa, abaixo relacionados;

- a) Atividades de extensão: projeto integrador I – 34H
- b) Atividades de extensão: projeto integrador II – 17H
- c) Atividades de extensão: projeto integrador III – 51H

2. Nas disciplinas que desenvolvem atividades de extensão, como projetos, consultorias, oficinas, workshops, minicursos, cursos de extensão, cursos de formação inicial e/ou

continuada, e outras, dentro das linhas temáticas previstas no art. 6º da Resolução nº 27/2019, abaixo relacionadas:

Quadro 1 –Ações de extensão possíveis dentro de cada componente curricular e linha temática

Linha Temática	Componente Curricular	Possíveis Ações
IV. Educação	Planejamento e Gestão Estratégica – 8H	• Projeto de formação de microempresário em metodologias de planejamento estratégico;
		• Consultoria a empresários locais
VII. Tecnologia e Produção	Gestão Financeira e Orçamentária – 10H	• Projeto de educação financeira nas escolas;
		• Consultoria a empresários locais
VIII. Trabalho	Marketing – 10H	• Projeto de formação de microempresário nas novas em metodologias de marketing;
		• Consultoria a empresários locais
	Empreendedorismo – 6H	• Projeto de modelagem de negócios
		• Consultoria a empresários locais

Fonte: Comissão de Elaboração do PPC

Em ambas as modalidades nas quais serão desenvolvidas as atividades de extensão poderão ser realizados:

- a) eventos, como seminários, workshops, fóruns, encontros, feiras, dias de campo, semanas temáticas, dentre outros, em especial a JENPEX;
- b) atividades esportivas;
- c) atividades artísticas, como concursos, exposições;
- d) prestação de serviços, como campanhas, assessorias, consultorias, desenvolvidas no Escritório de Negócios (a ser criado);
- e) visitas técnicas ou gerenciais que envolvam orientações ao setor visitado e/ou resultem na aplicação de soluções para a comunidade externa;
- f) outras atividades, conforme o Regulamento de Extensão do IFMT.

Em qualquer das modalidades serão empregadas metodologias que promovam a participação direta da comunidade externa, devidamente registrados no setor de extensão e/ou no plano de ensino.

18 MATRIZ CURRICULAR

Semestre	Código	Disciplina	Aulas/ Semanais	C.H. Teórica	C.H. de Extensão	C. H Total	Pré-Req.
1º	TPG10	Informática Aplicada	2	34	0	34	--
	TPG11	Teoria das Organizações	4	68	0	68	--
	TPG12	Matemática	4	68	0	68	--
	TPG13	Elaboração de Trabalho Científico	2	34	0	34	--

	TPG14	Português Instrumental	4	68	0	68	--
	TPG15	Legislação Aplicada a Negócios I	4	68	0	68	--
2°	TPG20	Gestão de Processos	4	68	0	68	--
	TPG21	Contabilidade Básica	4	68	0	68	--
	TPG22	Economia e Mercado	4	68	0	68	--
	TPG23	Legislação Aplicada a Negócios II	2	34	0	34	--
	TPG24	Ética e Responsabilidade Socioambiental	2	34	0	34	--
	TPG25	Gestão da Produção	2	34	0	34	--
	TPG26	Atividades de Extensão: Projeto Integrador I	2	0	34	34	--
3°	TPG30	Gestão do Agronegócio	2	34	0	34	--
	TPG31	Gestão de Custos	4	68	0	68	--
	TPG32	Planejamento e Gestão Estratégica	5	68	17	85	--
	TPG33	Gestão de Pessoas	4	68	0	68	--
	TPG34	Sistemas de Informação Gerencial	4	68	0	68	--
	TPG35	Atividades de Extensão: Projeto Integrador II	1	0	17	17	--
4°	TPG40	Gestão de Projetos Empresariais	2	34	0	34	--
	TPG41	Gestão Financeira e Orçamentária	5	68	17	85	--
	TPG42	Marketing	5	68	17	85	--
	TPG43	Logística e Cadeia de Suprimentos	4	68	0	68	--
	TPG44	Comportamento Organizacional	2	34	0	34	--
	TPG45	Simulação e Prática Empresarial I	2	34	0	34	--
5°	TPG50	Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional	2	34	0	34	--
	TPG51	Gestão pela Qualidade	2	34	0	34	--
	TPG52	Empreendedorismo	3	34	17	51	--
	TPG53	Análise de Resultados Financeiros	2	34	0	34	--
	--	Eletiva	2	34	0	34	--
	TPG55	Simulação e Prática Empresarial II	2	34	0	34	--
	TPG56	Atividades de Extensão: Projeto Integrador III	3	0	51	51	--

DISCIPLINAS ELETIVAS

5°	TPG541	Língua Brasileira de Sinais	2	34	0	34	--
	TPG542	Tópicos Especiais em Processos Gerenciais I	2	34	0	34	--
	TPG543	Tópicos Especiais em Processos Gerenciais II	2	34	0	34	--

18.1 Quadro Resumo

SEMESTRE	DESCRIÇÃO	C. H.
1°	Disciplinas Obrigatórias	340
2°	Disciplinas Obrigatórias	306
	Atividades de Extensão	34
3°	Disciplinas Obrigatórias	306
	Atividades de Extensão	34
4°	Disciplinas Obrigatórias	306
	Atividades de Extensão	34
5°	Disciplinas Obrigatórias	204
	Atividades de Extensão	68
SUBTOTAL		1.632
ATIVIDADES		68

COMPLEMENTARES		
CH TOTAL DO CURSO		1.700

19 EMENTAS

1º SEMESTRE

Código	Disciplina	Aulas/Semanais	C.H.	Pré-Req.
TPG10	Informática Aplicada	2	34	--
<p>Conceitos preliminares de computação – dado, informação; História da computação; Sistemas Numéricos; Hardware; Software; Noções Básicas de Sistema Operacional; Redes e Sistemas Distribuídos; Planilhas Eletrônicas; Editores de Texto; Editor de Apresentações e Sistemas gerenciadores de banco de dados relacionais; Internet como Business – Intranet, Extranet.</p> <p>BIBLIOGRAFIA:</p> <p>a) Básica: REZENDE, Denis Alcides; ABREU, Aline França. Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informação empresariais: o papel estratégico da informação e dos sistemas de informação nas empresas. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2011. MANZANO, André L. N. G. Estudo Dirigido de Informática Básica. 7 ed. São Paulo: Erica, 2007. CORNACHIONE Jr. Edgard B. Informática: aplicada às áreas de contabilidade administração e economia. São Paulo: Atlas.</p> <p>b) Complementar: ALBERTIN, Alberto Luiz. Administração da Informática: funções e fatores críticos de sucesso. São Paulo: Atlas, 1999. EATON, John. Tecnologia da Informação: um guia para empresas, gerentes e administradores. Rio de Janeiro: Campus, 1984. NASCIMENTO, Ângela J e HELLER, Jorge L. Introdução à Informática. São Paulo: McGraw Hill. SANTOS, Aldemar de Araújo. Informática na Empresa. São Paulo: Atlas, 2003. VELLOSO, F. C. Informática: Conceitos Básicos. São Paulo: Campus, 2004.</p>				

Código	Disciplina	Aulas/Semanais	C.H.	Pré-Req.
TPG11	Teoria das Organizações	4	68	--
<p>EMENTA: Evolução das Teorias Administrativas: Administração Científica, Teoria Clássica; Escola de Relações Humanas; Teoria Neoclássica, Teoria da Burocracia; Comportamentalismo; Estruturalismo; Administração por objetivos; Teoria Matemática; Desenvolvimento Organizacional. Teoria dos Sistemas; Teoria Contingencial. Teorias Modernas de Administração. Novas configurações organizacionais.</p> <p>BIBLIOGRAFIAS:</p> <p>a) Básica: CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração. 8ª ed. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 2011. RIBEIRO, Antonio de Lima. Teoria da Administração. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010. MAXIMIANO, A. C. Amaru. Introdução à Administração. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>b) Complementar: CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração: edição compacta. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 2011. MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia de. Teoria geral da Administração. 3. ed. São Paulo: Cengage learning, 2015. ARAÚJO, Luis César G. de. Teoria Geral da Administração: aplicações e resultados nas empresas</p>				

brasileiras. 2ª ed. São Paulo, Atlas, 2014.
 CARAVANTES, Geraldo R.; PANNO, Claudia C.; KLOECKNER, Mônica C. Administração Teoria e Processos. São Paulo, Pearson Prentice Hall, 2010.
 LACOMBE, Francisco José Masset; HEILBORN, Gilberto Luiz José. Administração: princípios e tendências. 2. ed. Paulo: Saraiva, 2013.
 STONER, James A. F.; FREEMAN, R. Edward. Administração. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos, 2014.

Código	Disciplina	Aulas/Semanais	C.H.	Pré-Req.
TPG12	Matemática	4	68	--

EMENTA:

Frações; Expressões Numéricas; Proporção, Divisão proporcional; Regra de Três, Porcentagem; Potenciação; Radiciação; Fatoração; Equações do 1º grau; Juros Simples, Juros Compostos; Descontos: simples e composto. Séries de Pagamento. Taxas: taxa nominal, taxa real, taxa efetiva, taxa referencial.

BIBLIOGRAFIA:

a) Básica:

IEZZI, G.; MURAKAMI, C.; MACHADO, N. J. Fundamentos de Matemática elementar. ed. São Paulo: Atual. 2013. 272 p. v. 8.

CRESCO, Antônio Arnot. Matemática Financeira Fácil. 14ª. ed., São Paulo: Saraiva, 2009.

ASSAF Neto, Alexandre. Matemática Financeira e suas aplicações. 11ª. ed., São Paulo: Atlas, 2009.

b) Complementar:

PUCCINI, Abelardo de Lima. Matemática Financeira Objetiva e Aplicada. 9a Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

VERAS, Lilia Ladeira. Matemática Financeira. 6a ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VIEIRA SOBRINHO. José Dutra. Matemática Financeira. 7a ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SAMANEZ. Carlos Patrício. Matemática Financeira: aplicações à análise de investimentos. 5ed., São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

TOSI, Armando José. Matemática Financeira com ênfase em produtos bancários. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Código	Disciplina	Aulas/Semanais	C.H.	Pré-Req.
TPG13	Elaboração de Trabalho Científico	2	34	--

EMENTA:

As diferentes formas de conhecimento. O conhecimento científico. Métodos. O processo de pesquisa. Metodologia de estudos. Trabalhos científicos. Normas ABNT.

BIBLIOGRAFIA:

a) Básica:

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. 5. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2008.

CANDURU, Marise Teles. Elaboração de Trabalhos Acadêmicos: normas, critérios e procedimentos. 4 ed. Belém, 2010.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

b) Complementar:

VERGARA, Sylvia C. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. 13 ed, São Paulo: Atlas, 2011.

SEVERINO, Antonio J. Metodologia do trabalho científico. 23 ed.: rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2007.

CARVALHO, Maria Cecília Marigone de. Construindo o saber: metodologia científica: fundamentos e técnicas. 19. ed. Campinas, SP: Papirus, 2008.

KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 25 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

REIS, Linda G. Produção de monografia da teoria à prática: o método educar pela pesquisa (MEP).

Brasília: Editora Senac-DF, 2006.

Código	Disciplina	Aulas/Semanais	C.H.	Pré-Req.
TPG14	Português Instrumental	4	68	--
EMENTA: Leitura e escrita dos gêneros: regulamentos, estatutos, constituições, listas, contratos, pedidos de aquisição de mercadorias e serviços, carta de reclamação, carta de solicitação de mercadorias e serviços, requerimento, memorando, ofício, relatório, e-mail formal, resumo, resenha e artigos científicos da área.				
BIBLIOGRAFIA: a) Básica: MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica - A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas. Ed. Atlas. 11ª Ed. 2009. OLIVEIRA, Lima A. Manual De Redação Oficial - 3ª Ed. Ed. Elsevier- Campus, 2009.FERREIRA, Reinaldo Mathias; Luppi, Rosaura de Araújo Ferreira. Correspondência Comercial e Oficial - Com Técnicas de Redação - 15ª Ed. Ed. Wmf Martins Fontes, 2011. b) Complementar: MACHADO, A. R.; ABREU-TARDELLI, L. A. & Lousada. Planejar gêneros acadêmicos. São Paulo: Parábola, 2005. MEDEIROS, J. B. Português Instrumental. 18º ed. Atlas, São Paulo. 2006. ANDRADE, Maria Margarida. Guia prático de redação. São Paulo: Atlas, 2000. 261p. MEDEIROS, J. B. Correspondência- Técnicas de Comunicação Criativa. 5ª ed. Atlas, São Paulo. 2006 RODRIGUES, B. WebWriting – Redação e Informação para Web. 1ª ed. Brasport Rio de Janeiro, 2006				

Código	Disciplina	Aulas/Semanais	C.H.	Pré-Req.
TPG15	Legislação Aplicada a Negócios I	4	68	--
EMENTA: Direito: Noções Gerais. Normas Jurídicas e seus alcances: a base da Lei de Introdução ao Código Civil. Os Sujeitos de Direito: pessoa natural e jurídica. Dos Fatos Jurídicos e a moderna Teoria dos Negócios Jurídicos. Estabelecimento comercial e industrial. Formação da Empresa: nome, estabelecimento, propriedade. Contratos e Responsabilidade Civil. Livros Comerciais. Títulos de Créditos: definição, tipos, características, prescrição. Falência e a Recuperação Judicial e Extra Judicial. Código de defesa do consumidor. Os direitos do consumidor e do fornecedor e suas proteções. As relações de consumo em juízo.				
BIBLIOGRAFIA: a) Básica: COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 11a Ed., 2007. REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, Volumes 1 e 2, 2007. MARTINS, Sergio Pinto. Instituições de Direito Público e Privado. 5a. Ed. SP. Atlas. 2005. b) Complementar: GRINOVER, Ada Pellegrini; et al. Código brasileiro de defesa do consumidor: comentados pelos autores do anteprojeto. 9a edição. Rio de Janeiro: Forense, 2007. FILOMENO, José Geraldo Brito. Manual de Direito do Consumidor. 9a edição. São Paulo: Atlas, 2007. NUNES, Luiz Antônio Rizado. Curso de Direito do Consumidor: com exercícios. 3a edição. São Paulo: Saraiva, 2008 DOWER, Nelson. Instituições de Direito Público e Privado. SP. Nelpa. 2006. EDIS, Max. Manual de Direito Público e Privado. 14a. Ed. SP. RT. 2003. NUSDEO, Fábio. Curso de Economia: Introdução ao Direito Econômico. 4a. Ed. SP. RT. 2003. ALMEIDA, Amador Paes de. Curso de Falência e Recuperação de Empresa. São Paulo: Saraiva,				

21a Ed., 2005.
 BERTOLDI, Marcelo M. Curso avançado de Direito Comercial. São Paulo: RT, 2001.
 BULGARELLI, Waldirio. Manual das Sociedades Anônimas. São Paulo: Atlas, 2006. PAES, P. R. Tavares. Direito Empresarial: Estudos e pareceres. São Paulo: Atlas, 2001. RIZZARDO, Arnaldo. Títulos de Credito. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
 COSTA, Wille Duarte. Títulos de Credito. Minas Gerais: *Del Rey*, 2006, 2a edição. NEGRÃO, Ricardo. Manual de Direito Comercial e de empresa. Vol. I e II. São Paulo: Saraiva. 2004.
 GUSMÃO, Mônica. Lições de Direito Empresarial. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2007. NUNES, Luiz Antônio Rizzato. Curso de Direito do Consumidor: com exercícios. 3a edição. São Paulo: Saraiva, 2008.

2º SEMESTRE

Código	Disciplina	Aulas/Semanais	C.H.	Pré-Req.
TPG20	Gestão de Processos	4	68	--
EMENTA: Organização e Função de O&M; Teoria dos Sistemas; Estruturas Organizacionais; Análise da Distribuição do trabalho; Arranjo Físico; Fluxograma; Manuais; Mapeamento de Processos; Análise Administrativa; Mudança e Inovação Organizacional.				
BIBLIOGRAFIA: a) Básica: CURY, Antonio. Organização & Métodos: uma visão holística – perspectiva comportamental & abordagem contingencial. S.P: Atlas, 2004. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. Sistemas Organizacionais e Métodos - uma Abordagem Gerencial. São Paulo: Atlas .2000 SLACK, N. Administração da Produção. São Paulo: Atlas, 2009. b) Complementar: ARAUJO, Luis César G. de. Organização, Sistemas e Métodos e as Modernas Ferramentas de Gestão Organizacional. São Paulo: Atlas, 2001. _____. Organização e Métodos: Integrando comportamento, estrutura, estratégia e tecnologia. São Paulo: Atlas, 1994. CRUZ, Tadeu. Sistemas, Organização e Métodos: Estudo Integrado das Novas Tecnologias de Informação Introdução à gerencia do Conteúdo e do Conhecimento.3. ed. São Paulo: Atlas, 2002. D’ASCENÇÃO, Luiz Carlos M. Organização, Sistemas e Métodos: Análise, Redesenho e Informatização de Processos Administrativos. São Paulo: Atlas, 2001. CHIAVENATO, Idalberto. ia Sistemas, Organização e Métodos. Editora Manole, 2010.				

Código	Disciplina	Aulas/Semanais	C.H.	Pré-Req.
TPG21	Contabilidade Básica	4	68	--
EMENTA: Noções preliminares sobre a contabilidade. Constituição e formação do patrimônio. Detalhamento das contas do Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. Noções sobre fontes e aplicações de recursos. Plano de contas, classificação e função das contas. Escrituração contábil. Balanço patrimonial e DRE simplificados. Operações com mercadorias. Operações financeiras. Ativo imobilizado.				
BIBLIOGRAFIA: a) Básica: IUDICIBUS, Sergio de & MARION, José Carlos. Contabilidade Comercial: atualizado conforme Lei no 11.638/07 e Lei no 11.941/09. – 9a. Ed. – São Paulo: Atlas, 2010. MARION. José Carlos, Contabilidade Básica. – 7a. ed. – São Paulo: Atlas, 2004. FAVERO, Hamilton Luiz et al. Contabilidade: teoria e prática, v1 - 5 ed. – São Paulo: Atlas, 2009. b) Complementar:				

FRANCO, Hilário. Contabilidade comercial. – São Paulo: Atlas, 1990.
 MARION, José Carlos. Contabilidade Empresarial. – 10a. ed. – São Paulo: Atlas, 2003.
 CREPALDI, Silvio Aparecido. Curso básico de contabilidade. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
 PADOVEZE, Clóvis Luís. Manual de contabilidade básica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

Código	Disciplina	Aulas/Semanais	C.H.	Pré-Req.
TPG22	Economia e Mercado	4	68	--

EMENTA:

Conceitos básicos de economia. Sistema Econômico. Noções de Microeconomia: Oferta, Demanda Equilíbrio de Mercado, Elasticidades, Incidência de Impostos, Fixação de Preços Mínimos. Produção, Estrutura de Mercado. Noções de Macroeconomia: Fundamentos da Política Macroeconômica: monetária, fiscal, cambial. Inflação. PIB. Poupança x investimentos (renda fixa e variável).

BIBLIOGRAFIA:

a) Básica:

MANKIW, N. G. Introdução à economia. São Paulo. Cengage Learning, 6 edição. 2014.
 VASCONCELOS, M. A. S. Economia: Micro e Macro: teoria e exercícios, glossário com os 300 principais conceitos econômicos. 6 ed. São Paulo. Atlas, 2015.
 PINHO, D. B.; VASCONCELOS, M. A. S. (Org.). Manual de introdução à economia. São Paulo: Saraiva. 6 edição. 2011.

b) Complementar:

VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. Fundamentos de economia. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
 VICECONTI, P. E. V. Introdução à economia. 12 ed. (Ver. e Amp.) São Paulo: Frase Editora, 2013.
 HOFFMAN, Rodolfo. Análise de regressão: uma introdução a econometria. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
 SMITH, Adam. A riqueza das nações – Livro I. Curitiba: Jurua, 2010.
 LEITÃO, Miriam. Saga Brasileira: a longa luta de um povo por sua moeda. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

Código	Disciplina	Aulas/Semanais	C.H.	Pré-Req.
TPG23	Legislação Aplicada a Negócios II	2	34	--

EMENTA:

Direito: Noções Gerais. Normas Jurídicas e seus alcances: a base da Lei de Introdução ao Código Civil. Os Sujeitos de Direito: pessoa natural e jurídica. Dos Fatos Jurídicos e a moderna Teoria dos Negócios Jurídicos. Estabelecimento comercial e industrial. Formação da Empresa: nome, estabelecimento, propriedade. Contratos e Responsabilidade Civil. Livros Comerciais. Títulos de Créditos: definição, tipos, características, prescrição. Falência e a Recuperação Judicial e Extrajudicial. Código de defesa do consumidor. Os direitos do consumidor e do fornecedor e suas proteções. As relações de consumo em juízo.

BIBLIOGRAFIA:

a) Básica:

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 11ª Ed., 2007.
 REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, Volumes 1 e 2, 2007.
 MARTINS, Sérgio Pinto. Instituições de Direito Público e Privado. 5a. Ed. SP. Atlas. 2005.

b) Complementar:

GRINOVER, Ada Pellegrini; et al. Código brasileiro de defesa do consumidor: comentados pelos autores do anteprojeto. 9ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
 FILOMENO, José Geraldo Brito. Manual de Direito do Consumidor. 9ª edição. São Paulo: Atlas, 2007.
 NUNES, Luiz Antônio Rizzato. Curso de Direito do Consumidor: com exercícios. 3ª edição. São Paulo: Saraiva, 2008
 DOWER, Nelson. Instituições de Direito Público e Privado. SP. Nelpa. 2006.
 EDIS, Max. Manual de Direito Público e Privado. 14a. Ed. SP. RT. 2003.

NUSDEO, Fábio. Curso de Economia: Introdução ao Direito Econômico. 4a. Ed. SP. RT. 2003.
 ALMEIDA, Amador Paes de. Curso de Falência e Recuperação de Empresa. São Paulo: Saraiva, 21ª Ed., 2005.
 BERTOLDI, Marcelo M. Curso avançado de Direito Comercial. São Paulo: RT, 2001.
 BULGARELLI, Waldirio. Manual das Sociedades Anônimas. São Paulo: Atlas, 2006.
 PAES, P. R. Tavares. Direito Empresarial: Estudos e pareceres. São Paulo: Atlas, 2001.
 RIZZARDO, Arnaldo. Títulos de Crédito. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
 COSTA, Wille Duarte. Títulos de Crédito. Minas Gerais: *Del Rey*, 2006, 2ª edição.
 NEGRÃO, Ricardo. Manual de Direito Comercial e de empresa. Vol. I e II. São Paulo: Saraiva. 2004.
 GUSMÃO, Mônica. Lições de Direito Empresarial. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2007.
 NUNES, Luiz Antônio Rizzato. Curso de Direito do Consumidor: com exercícios. 3ª edição. São Paulo: Saraiva, 2008.

Código	Disciplina	Aulas/Semanais	C.H.	Pré-Req.
TPG24	Ética e Responsabilidade Socioambiental	2	34	--

EMENTA:

Responsabilidade social: valores e ética empresarial. Direitos humanos. Indicadores e avaliação. Instrumentos de responsabilidade social. Código de ética. Responsabilidade social empresarial e indicadores. Gestão dos sistemas de responsabilidade social. Implementação da responsabilidade social. Educação ambiental. Respeito a diversidade. Temas transversais.

BIBLIOGRAFIA:

a) Básica:

ASHLEY, Patrícia A. Ética e responsabilidade social nos negócios. São Paulo: Saraiva 2002.
 FERRELL, O.C.; John FRAEDRICH; Linda FERRELL. Ética empresarial: dilemas, tomadas de decisões e casos (tradução). Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2001.
 ELKINGTON, John. Canibais de garfo e faca. São Paulo: Makron Books, 2001.

b) Complementar:

ALBUQUERQUE, José de Lima (Org.). Gestão ambiental e responsabilidade social: conceitos, ferramentas e aplicações. São Paulo: Atlas, 2009.
 BRUNDTLAND, Gro Harlem. Nosso futuro comum: Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
 COLLINS, James C.; PORRAS, Jerry I. Feitas para durar. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
 RODDICK, Anita. Meu jeito de fazer negócios. São Paulo: Negócio Editora, 2002.
 KINLAW, Dennis C. Empresa competitiva e estratégica: estratégias e ferramentas para uma administração consciente, responsável e lucrativa. São Paulo: Makron Books, 1997.

Código	Disciplina	Aulas/Semanais	C.H.	Pré-Req.
TPG25	Gestão da Produção	2	34	--

EMENTA:

Taylorismo. Fordismo. Produção em massa. Toyotismo. Sistemas de produção. Produção por projeto x Produção Contínua. Gestão e Categorias de Serviços. Projeto de Instalações. Ergonomia. Gestão da Capacidade e Filas. Previsão de Demanda.

BIBLIOGRAFIA:

a) Básica:

SLACK, N.; JONES, A. B.; JOHNSTON, R. Princípios de Administração da Produção. Atlas, 2013.
 CORREA, H. L.; CORREA, C. A. Administração de Produção e Operações. Atlas, 2012.
 RIBEIRO, A.; FLEURY, A. Marketing e Serviços que ainda fazem a diferença. Saraiva, 2006.

b) Complementar:

BARNES, R. M. Estudos de movimentos e de tempos: projeto e medida do trabalho. Editora Blucher, 2013.
 CHIAVENATO, I. Introdução a Teoria Geral da Administração. Campus, 2011.

BATALHA, M. O. Gestão Agroindustrial. Atlas, 2008.
 FERNANDES, F. C. F.; GODINHO FILHO, M. Planejamento e Controle da Produção: dos fundamentos ao essencial. Atlas, 2010.
 MAXIMIANO, A. C. A. Introdução à Administração. Atlas, 2011.

Código	Disciplina	Aulas/Semanais	C.H.	Pré-Req.
TPG26	Atividades de Extensão: Projeto Integrador I	1	Teórica: 0 Extensão: 17 Total: 17	--

EMENTA:

Integrar, através de uma atividade de projeto contextualizado, interdisciplinar os conhecimentos desenvolvidos nas unidades curriculares do curso. Desenvolver habilidades de trabalho em grupo, comunicação oral e escrita, resolução de problemas, pensamento crítico, pensamento criativo, metodologia de desenvolvimento de projetos visando ao desenvolvimento das competências adquiridas no curso através de aplicação em projetos/atividades de extensão vinculados a programas, projetos ou atividades de extensão envolvendo os acadêmicos, registrados no campus, com ampla participação da comunidade externa.

BIBLIOGRAFIA:

De acordo com a atividade de projeto definida a cada semestre.

3º SEMESTRE

Código	Disciplina	Aulas/Semanais	C.H.	Pré-Req.
TPG30	Gestão do Agronegócio	2	34	--

EMENTA: Conceito de agronegócio. Elementos do agronegócio. Os processos atuais que caracterizam o agronegócio e suas redes de mercados. Noções de Políticas e Comercialização agrícolas. Complexo Agroindustrial. Sistema agroindustrial. Cadeias produtivas. Clusters. Arranjos produtivos.

BIBLIOGRAFIA:

a) Básica:

ARAÚJO, Massilon J. de. Fundamentos de Agronegócios. São Paulo: Atlas, 2013

BATALHA, M. O. Gestão Agroindustrial. São Paulo: Atlas, 2001. v.1 e 2.

QUEIROZ, Timóteo Ramos; ZUIN, Luiz Fernando Soares. Agronegócios: Gestão e inovação. São Paulo: Saraiva, 2006.

b) Complementar:

CALLADO, Antônio André Cunha. Agronegócio. São Paulo: Atlas, 2009.

DECOTELLI, Carlos Alberto; SHENA, Hsia Hua; SCHOUCHANA, Felix. Gestão de Riscos no Agronegócio. São Paulo: FGV, 2013.

MIZUMOTO, Fabio Matuoka; SÁ, Camila Dias De; VITA, Christiane Leles. Estratégias de Comercialização no Agronegócio. São Paulo: FGV, 2015.

MICELI, Wilson Motta. Derivativos de Agronegócios: Gestão de Riscos de Mercado. São Paulo: Saint Paul, 2008.

MENDES, Hudas Tadeu Grassel. Agronegócio: Uma Abordagem Econômica. São Paulo: Pearson, 2007.

Código	Disciplina	Aulas/Semanais	C.H.	Pré-Req.
TPG31	Gestão de Custos	4	68	--

EMENTA:

Princípios contábeis aplicados a Custos. Classificações e nomenclaturas de Custos. Processo de custeamento. Departamentalização. Custos diretos e indiretos. Custo fixo, lucro e margem de contribuição. Fixação do preço de venda e decisão sobre compra ou produção. Relação curso/volume/lucro. Controle, custos controláveis e custos estimados. Ponto de equilíbrio. Margem de contribuição. Alavancagem operacional e financeira.

BIBLIOGRAFIA:**a) Básica:**

- MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 10 ed. São Paulo: Atlas. 2010.
- LEONE, George S. Curso básico de contabilidade de custos. São Paulo: Atlas
- OLIVEIRA, Luís Martins de; PEREZ JR, José Hernandez. Contabilidade de Custos para Não Contadores. 2ª Ed. - São Paulo: Atlas, 2005.

b) Complementar:

- BACKER, Morton, JACOBSEN, Lyle E. Contabilidade de Custos: um enfoque gerencial. São Paulo: McGraw-Hill.
- ANGELO, Claudio Felisoni de.; SILVEIRA, José Augusto Giesbrecht.; FÁVERO, Luiz Paulo Lopes. Finanças no varejo: gestão operacional: exercícios práticos com respostas. 3 ed. São Paulo: Saint Paul Editora, 2006. 364 p.
- BRUNI, Adriano Leal. Administração de custos, preços e lucros. São Paulo: Atlas, 2005.
- BRUNI, Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. Gestão de custos e formação de preços. São Paulo: Atlas, 2005.
- GARRISON, Ray H.; NOREEN, Eric W. Contabilidade Gerencial. Rio de Janeiro: LTC, 2005.
- OLIVEIRA, Luís Martins de; PEREZ JR, José Hernandez. Contabilidade de Custos para Não Contadores. 2ª Ed. - São Paulo: Atlas, 2005.

Código	Disciplina	Aulas/Semanais	C.H.	Pré-Req.
TPG32	Planejamento e Gestão Estratégica	5	Teórica: 68 Extensão: 17 Total: 85	--

EMENTA:

Conceitos de planejamento e de sistema. Elaboração e implementação do planejamento estratégico nas empresas. Tendências do planejamento. Análise de Cenários. Diagnóstico estratégico. Projetos e planos de ação. Controle e avaliação do planejamento estratégico. Introdução à estratégia. Estratégia Competitiva. Vantagem Competitiva. Estratégias Competitivas Genéricas. Estratégia de Crescimento - Expansão. Diversificação. Diversificação Lateral. Integração Vertical. Globalização. Administração Estratégica e Tendências. Gestão estratégica: BSC – *Balanced Score Card*. Atividades de extensão, conforme item 17.5 deste projeto.

BIBLIOGRAFIA:**a) Básica:**

- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. Planejamento Estratégico: Conceitos, metodologias e prática. 32ed. São Paulo: Atlas. 2014.
- CHIAVENATO, Idalberto. SAPIRO, Arão. Planejamento Estratégico: Fundamentos e Aplicações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- KAPLAN e NORTON. A Estratégia em ação - Balanced Scorecard. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- MINTZBERG, Henry. Safári de Estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. 2ed. Porto Alegre: Bookman. 2010.

b) Complementar:

- PORTER, Michael. Estratégia Competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BESANKO, David. A economia da estratégia. 5ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.
- HAMEL, G; PRAHALAD, C. K. Competindo pelo Futuro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
4. HITT, A. M. et. alli. Administração Estratégica. São Paulo: Cengage Learning, 2015.
5. IRELAND, R. Duane.

Código	Disciplina	Aulas/Semanais	C.H.	Pré-Req.
TPG33	Gestão de Pessoas	4	68	--

EMENTA:

Gestão de Pessoas no contexto nacional e internacional: origem, trajetória, papel estratégico, tendências e perspectivas. Modelos de Gestão de Pessoas. Gestão Estratégica de Recursos Humanos sua vinculação a Estratégia da Organização. Principais pressupostos teóricos que fundamentam a

definição de políticas e práticas de Gestão de Pessoas nas organizações em diferentes realidades. Atividades e procedimentos dos processos de trabalho em Gestão de Pessoas e os impactos de sua operacionalização em diferentes instâncias organizacionais: Movimentação (planejamento, captação, transferência e recolocação); Desenvolvimento (Gestão de Desempenho e Carreira, Treinamento e Desenvolvimento dos indivíduos e equipes) e Valorização das Pessoas (remuneração e serviços). Temas transversais.

BIBLIOGRAFIA:

a) Básica:

CHIAVENATO, Idalberto. Recursos Humanos: o capital humano das organizações. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

SNELL, Scott. Administração de Recursos Humanos. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

TACHIZAWA, Takeshy. FERREIRA, Victor C. P. FORTUNA, Antonio A. M. Gestão de Pessoas: uma abordagem aplicada às estratégias de negócios. 5 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MILKOVICH, George T. BOUDREAU, John W. Administração de Recursos Humanos. São Paulo: Atlas, 2011.

b) Complementar:

DUTRA, Joel S. Competências: conceitos e instrumentos para a gestão de pessoas na empresa moderna. São Paulo: Atlas, 2011.

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

DUBRIN, Andrew J. Fundamentos do Comportamento Organizacional. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

MARRAS, Jean Pierre. Administração de RH: do operacional ao estratégico. SP: Futura, 12 ed., 2005.

MARRAS, Jean Pierre. Gestão de pessoas em empresas inovadoras. SP: Futura, 2005.

GIL, Antônio Carlos. Gestão de Pessoas. São Paulo: Atlas, 2001.

GRAMIGNA, Maria Rita. Modelo de Competências e Gestão dos Talentos. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2002.

VERGARA, Sylvia Constant. Gestão de Pessoas. São Paulo: Atlas, 2003.

Código	Disciplina	Aulas/Semanais	C.H.	Pré-Req.
TPG34	Sistemas de Informação Gerencial	4	68	--

EMENTA:

Informação gerencial. Tipos e usos de informação. Conceitos Básicos: tecnologia e sistemas de informação. Tratamento das informações versus atividades fins. Integração de funções e processos de negócios (aplicativos). Sistemas de apoio à decisão. Tópicos em gerenciamento dos sistemas: integração, segurança, controle. Sistemas de Informações na Internet. Uso estratégico da tecnologia da informação.

BIBLIOGRAFIA:

a) Básica:

LAUDON, K. C. Gerenciamento de Sistemas de Informação. Rio de Janeiro: LTC 2001.

O'BRIEN, J. A. Sistemas de Informação e as Decisões Gerenciais na Era da Internet. 2a ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

STAIR, Ralph M. Princípios de Sistemas de Informação: uma abordagem gerencial. 4a ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

b) Complementar:

BENETT, Gordon. Intranets. Rio de Janeiro: Campus, 1999. CRUZ, Tadeu. Sistemas de Informações Gerenciais. São Paulo: Atlas 2000.

TREPPER, Charles. Estratégias de E-commerce. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MATTOS, Antonio C.M. Sistemas de informação: uma visão executiva. São Paulo. Saraiva. 2005.

OLIVEIRA, Jayr Figueiredo. Sistemas de informação. São Paulo. Érica. 2000.

LAUDON, KC; LAUDON, JP. Sistemas de Informação. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

Código	Disciplina	Aulas/Semanais	C.H.	Pré-Req.
--------	------------	----------------	------	----------

TPG35	Atividades de Extensão: Projeto Integrador II	1	Teórica: 0 Extensão: 17 Total: 17	--
EMENTA: Integrar, através de uma atividade de projeto contextualizado, interdisciplinar os conhecimentos desenvolvidos nas unidades curriculares do curso. Desenvolver habilidades de trabalho em grupo, comunicação oral e escrita, resolução de problemas, pensamento crítico, pensamento criativo, metodologia de desenvolvimento de projetos visando ao desenvolvimento das competências adquiridas no curso através de aplicação em projetos/atividades de extensão vinculados a programas, projetos ou atividades de extensão envolvendo os acadêmicos, registrados no campus, com ampla participação da comunidade externa.				
BIBLIOGRAFIA: De acordo com a atividade de projeto definida a cada semestre.				

4º SEMESTRE

Código	Disciplina	Aulas/Semanais	C.H.	Pré-Req.
TPG40	Gestão de Projetos Empresariais	2	34	--
EMENTA: Fundamentos de gerenciamento de projetos. Evolução dos Conceitos. PMI – PMBOK. As certificações em gerenciamento de projetos. Técnicas e ferramentas para gerenciamento. Elaboração de project charter; Criação de EAP - WBS (work breakdown structure). Diagrama de Gantt. Sequenciamento de Atividades e o método do caminho crítico (CPM). Análise, interpretação e resposta aos riscos do projeto; Cronogramas físico-financeiro e o controle do projeto. Plano de Ação. Indicadores de desempenho.				
BIBLIOGRAFIA: a) Básica: KEELING, Ralph. Gestão de Projetos: uma abordagem global. 2ª ed. São Paulo. Saraiva, 2013. VARGAS, Ricardo V. Manual Prático de Plano de Projeto - Utilizando o PMBOK GUIDE - 5ª ed. Editora Brasport: 2014 VALERIANO, Dalton, Moderno gerenciamento de projeto - 2ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2015. b) Complementar: MENEZES, Luís César de Moura. Gestão de projetos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. OLIVEIRA, Luís Martins de; PEREZ JR, José Hernandez. Contabilidade de Custos para Não Contadores. 5ª ed. - São Paulo: Atlas, 2012. MINTZBERG, Henry. Safári de Estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. PORTER, Michael. Estratégia Competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. HAMEL, G; PRAHALAD, C. K. Competindo pelo Futuro. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2005.				

Código	Disciplina	Aulas/Semanais	C.H.	Pré-Req.
TPG41	Gestão Financeira e Orçamentária	5	Teórica: 68 Extensão: 17 Total: 85	--
EMENTA: Introdução às finanças corporativas. Ambiente financeiro brasileiro. Entendendo as demonstrações contábeis brasileiras. Análise das demonstrações financeiras. Capital de giro, caixa e equilíbrio financeiro. Administração de valores a receber. Gestão financeira aplicada a micro e pequenas empresas. Atividades de extensão, conforme item 17.5 deste projeto.				
BIBLIOGRAFIA: a) Básica: GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira. 7a Ed. São Paulo: Harbra, 2002.				

SANTOS, Edno Oliveira dos. Administração financeira da pequena e média empresa. São Paulo. Atlas.

ASSAF NETO, Alexandre. Fundamentos de administração financeira. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

b) Complementar:

COELHO, Cláudio Ulysses Ferreira. Administração financeira. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Senac Nacional, 1999. 72 p.

LEMES JÚNIOR, Antônio Barbosa; RIGO, Cláudio Miessa; CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo. Administração Financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 547 p.

NASCIMENTO, Jonilton Mendes do. Custos: planejamento, controle e gestão na economia globalizada. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001. 384 p.

ANGELO, Claudio Felisoni de.; SILVEIRA, José Augusto Giesbrecht.; FÁVERO, Luiz Paulo Lopes. Finanças no varejo: gestão operacional: exercícios práticos com respostas. 3 ed. São Paulo: Saint Paul Editora, 2006. 364 p.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 10 ed. São Paulo: Atlas. 2010.

OLIVEIRA, Anselmo José de. Gestão financeira aplicada a micro e pequenas empresas. Belo Horizonte: Anselmo José de Oliveira, 2015.

Código	Disciplina	Aulas/Semanais	C.H.	Pré-Req.
TPG42	Marketing	5	Teórica: 68 Extensão: 17 Total: 85	--

EMENTA:

Conceitos básicos de marketing. Ambiente de marketing e Segmentação. Posicionamento e análise do consumidor. Desenvolvimento de mercado por meio do composto mercadológico: produto, praça, promoção e preço. Oportunidades e estratégias mercadológicas. Atividades de extensão, conforme item 17.5 deste projeto.

BIBLIOGRAFIA:

a) Básica:

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Marketing: conceitos, exercícios, casos. 8ª Ed.-S. Paulo. Edi. Atlas, 2009.

KOTLER, Philip & KELLER, Kevin Lane. Administração de Marketing. 12ª Ed. S. Paulo. Prentice Hall. 2005.

COBRA, Marcos Henrique Nogueira. Marketing básico: uma abordagem brasileira. 4 ed. Atlas, 2007.

b) Complementar:

FLEURY, Angela Maria. RIBEIRO, Aurea Helena Puga. Marketing e Serviços que ainda fazem a diferença. Saraiva, 2006.

GRACIOSO, Francisco. Marketing Estratégico: Planejamento Estratégico Orientado Para o Mercado. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

HOOLEY, Grahon J. et al. Estratégia de Marketing e Posicionamento Competitivo. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

KOTLER, Philip. Administração de Marketing. São Paulo: Prentice Hall, 2009.

PORTER, Michael E. Competição. Rio de Janeiro: Campus, 2005

Periódicos:

DOLABELA, Fernando. O segredo de Luísa. São Paulo: Sextante, 2008.

Código	Disciplina	Aulas/Semanais	C.H.	Pré-Req.
TPG43	Logística e Cadeia de Suprimentos	4	68	--

EMENTA:

Introdução à administração de materiais; controle de estoques; modelos quantitativos aplicados à gestão de materiais; avaliação dos estoques. A função compra: objetivos, organização de compras e qualificação de compradores. Conceitos gerais de logística.

Caracterização dos sistemas de transportes: Hidroviário, Ferroviário, Rodoviário e Aéreo. Modelagem de transporte. Sistema de coleta e distribuição. Logística Reversa. Caracterização logística de produtos. Armazenagem, manuseio e acondicionamento de produtos. Localização de depósitos e de instalações de armazenagem. Controle de estoques, aquisição e programação de produção. SCM.

BIBLIOGRAFIA:

a) Básica:

BONFIM, Brandão. Compras, Princípios e Administração. ed. Atlas. São Paulo, 2000.

LEITE, Paulo Roberto. Logística Reversa - Meio ambiente e Competitividade. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

BOWERSOX, D. CLOSS, D. Logística Empresarial: o Processo de Integração da Cadeia de Suprimento. São Paulo: Atlas, 2010.

b) Complementar:

MARTINS, Petrônio Garcia. ALT, Paulo Renato Campos. Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais. Editora Saraiva, 2003

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA; Luís Martins de. Contabilidade de custos para não contadores. São Paulo: Atlas, 2000.

WANKE, Peter. Gestão de Estoques na Cadeia de Suprimentos. São Paulo: Atlas, 2003.

CAIXETA FILHO, et al. Gestão Logística de Transporte de Cargas. São Paulo: Atlas, 2001.

Código	Disciplina	Aulas/Semanais	C.H.	Pré-Req.
TPG44	Comportamento Organizacional	2	34	--

EMENTA:

Introdução ao Comportamento Organizacional. Estrutura de da Personalidade. Processos humanos nas organizações. Integração individuo x organização. Dinâmica de Grupo. O enfoque comportamental nas teorias das organizações. Valores, atitudes, percepção e aprendizagem: implicações para a administração. Poder nas organizações. Comportamento interativo. Administração de conflitos

BIBLIOGRAFIA:

a) Básica:

ROBBINS, Stephen P. Comportamento organizacional. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. Comportamento organizacional: Conceitos e Práticas. São Paulo: Ed. Saraiva, 2005.

SCHERMERHORN Jr., J. R; HUNT, J.G.; OSBORN, R. N. Fundamentos de comportamento organizacional. Porto Alegre: Bookman, 1999.

b) Complementar:

KATZ, Daniel e KHAN, Robert L. Psicologia social das organizações. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1987.

ZANELLI, J.C., BORGES-ANDRADE, J. E. e BASTOS, A.V.B. (org.). Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KOTTER, John P. Liderando Mudança. Rio de Janeiro: Campus. Rio de Janeiro, 2000. 4.

BORGES-ANDRADE, J. E.; ABBAD, G. D. S. & MOURÃO, L. Treinamento, Desenvolvimento e Educação em Organizações e Trabalho: Fundamentos para a gestão de pessoas. Porto Alegre: Artmed, 2006

COHEN, A. R. & FINK, S. L. Comportamento organizacional. Conceitos e estudos de casos. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

Código	Disciplina	Aulas/Semanais	C.H.	Pré-Req.
TPG45	Simulação e Prática Empresarial I	2	34	--

EMENTA:

Aplicar práticas relacionadas ao planejamento e tomada de decisão no ambiente empresarial.

Implantar metodologias de estudo de caso aplicadas à análise de diagnóstico de cenários empresariais. Aplicar as principais técnicas de simulação empresarial e os principais indicadores empresariais e ferramentas de análise, para integrar os conhecimentos de gestão e sistematizar soluções corretivas e preditivas. Participação em um jogo de negócios que consiste na simulação de um ambiente empresarial competitivo.

BIBLIOGRAFIA:

a) Básica:

SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert; OLIVEIRA, Maria Teresa Corrêa de. Administração da produção. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.; JAFFE, Jeffrey F. (Colab.). Administração financeira. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. Princípios de marketing. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

GRAMIGNA, Maria Rita Miranda. Jogos de empresa e técnicas vivenciais. 2 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. (livro eletrônico)

b) Complementar:

KWASNICKA, Eunice Lacava. Introdução à administração. 6. ed., São Paulo: Atlas, 2015.

HOJI, Masakazu. Administração financeira e orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FIANI, Ronaldo. Teoria dos jogos: com aplicações em economia, administração e ciências sociais. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

ANTUNES, Junico (Org.). Sistemas de produção: conceitos e práticas para projeto e gestão da produção enxuta. Porto Alegre: Bookman, 2008.

BARÇANTE, Luiz César; PINTO, Fernando Castro (Colab.). Jogos de negócios: revolucionando o aprendizado nas empresas. Rio de Janeiro: Impetus, 2003.

5º SEMESTRE

Código	Disciplina	Aulas/Semanais	C.H.	Pré-Req.
TPG50	Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional	2	34	--

EMENTA:

Acidente do Trabalho. Benefícios Acidentários. Teorias dos Acidentes de Trabalho. Equipamentos de Proteção individual. Ruído Industrial. Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.

BIBLIOGRAFIA:

a) Básica:

Segurança e Medicina do Trabalho. Manual de Legislação Atlas. Editora Atlas. São Paulo: 2008.

CARDELLA, Benedito. Segurança no Trabalho e prevenção de acidentes: uma abordagem holística. Editora Atlas. 2006.

TAVARES, José da Cunha. Noções de Prevenção e Controle de Perdas em Acidentes do Trabalho. SP: Senac: 2004.

b) Complementar:

SALIBA, Tuffi Messias. Legislação de Segurança, Acidente do Trabalho e Saúde do Trabalhador. São Paulo: LTR, 2002.

GONÇALVES, Edwar Abreu. Segurança e Medicina do Trabalho em 1200 perguntas e respostas. São Paulo: LTR, 2000.

PIZA, Fabio de Toledo. Informações Básicas sobre Saúde e Segurança do Trabalho. São Paulo: CIPA, 1997.

CAMPOS, V. F. Gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia. Belo Horizonte: Ed. de Desenvolvimento Gerencial, 2001.

ZOCCHIO, ÁLVARO. Política de segurança e saúde no trabalho: elaboração, implantação e administração. São Paulo: LTr, 2000.

Código	Disciplina	Aulas/Semanais	C.H.	Pré-Req.
--------	------------	----------------	------	----------

TPG51	Gestão pela Qualidade	2	34	--
EMENTA: Introdução: conceitos, evolução do Processo da Qualidade; Normas ISO. Padronização e Melhoria (Ciclo PDCA e Melhoria Contínua). Ferramentas Gerenciais da Qualidade (Brainstorming, Diagramas de Causa e Efeito, Gráfico de Pareto), Seis Sigma e 5S.				
BIBLIOGRAFIA: a) Básica: MARSHALL JUNIOR, I. Gestão da qualidade – 10. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. PALADINI, E. P. Gestão da qualidade: teoria e prática. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012. CARVALHO, M. M de; PALADINI, E. P. Gestão da Qualidade: Teoria e casos. 2 ed. Campus, 2012. b) Complementar: SELEME, R. Controle de qualidade: as ferramentas essenciais. Curitiba: InterSaberes, 2012. MARSHALL JUNIOR, I. Gestão da qualidade e processos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. BATALHA, O. Gestão Agroindustrial. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011, MOREIRA, D. A. Administração da produção e operações. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014. FITZSIMMONS, J. A. Administração de serviços: operações, estratégia e tecnologia da informação. 7 ed. Porto Alegre: AMGH, 2014. CORREA, L. H. GIANESE, I. G. N. CAON, M. Planejamento, programação e controle da produção. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2014.				

Código	Disciplina	Aulas/Semanais	C.H.	Pré-Req.
TPG52	Empreendedorismo	3	Teórica: 34 Extensão: 17 Total: 51	--
EMENTA: Concepções de empreendedorismo. Funções e processos relacionados ao ato de empreender. Técnicas e ferramentas de construção de atitudes empreendedoras, com vistas à construção de um referencial estratégico à ação de administrar. Estruturação do Plano de Negócios. Plano de análise dos dados da investigação para o Plano de Negócios. Proposta de trabalho para organização empresarial. Atividades de extensão, conforme item 17.5 deste projeto.				
BIBLIOGRAFIA: a) Básica: CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. 4ed. São Paulo: Saraiva, 2015. DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 3ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008. _____. Empreendedorismo corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar na sua empresa. 3ed. Rio de Janeiro: Campus, 2015. DRUCKER, P. F. Inovação e espírito empreendedor. São Paulo: Cengage Learning, 2010. b) Complementar: HASHIMOTO, Marcos. Espírito Empreendedor nas Organizações. 2ed. São Paulo: Saraiva, 2009. DEGEN, Ronald. J. O Empreendedor: empreender como opção de carreira. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009. BERNARDI, Luiz Antonio. Manual de Empreendedorismo e Gestão. São Paulo: Atlas, 2010. HISRICH, Robert D. Empreendedorismo. 7ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. FIALHO, Francisco Antonio Pereira. Empreendedorismo na era do conhecimento. Florianópolis: Visual Books, 2007. DORNELAS, Fernando. O segredo de Luísa. – Rio de Janeiro: Sextante, 2008.				

Código	Disciplina	Aulas/Semanais	C.H.	Pré-Req.
TPG53	Análise de Resultados Financeiros	2	34	

EMENTA:

Análise de índices Econômico-Financeiros. Índices de Estrutura de Capital: Participação de Capitais de Terceiros, Composição do Endividamento, Imobilização do Patrimônio Líquido. Decisões de investimento, fluxo de caixa, (VPL, TIR e PAYBACK) risco e custo de oportunidade. Fontes de financiamento de longo prazo no Brasil. Decisões de dividendos e práticas no Brasil. Índices de Liquidez: Liquidez Corrente, Liquidez Imediata, Liquidez Seca e Liquidez Geral. Índices de Rentabilidade. Giro do Ativo Margem líquida. Rentabilidade do Ativo. Rentabilidade do Patrimônio Líquido.

BIBLIOGRAFIA:**a) Básica:**

GITMAN E, LAWRENCE J. MICHAEL D. JOEHNK. Princípios de Investimentos. 8. Edição, Ed. PEARSON / PRENTICE HALL. 2005.

ASSAF NETO, Alexandre. Fundamentos de administração financeira. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 10 ed. São Paulo: Atlas. 2010.

b) Complementar:

SAMANEZ, Carlos Patrício. Matemática Financeira: aplicações à análise de investimentos. 5. ed., São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

TOSI, Armando José. Matemática Financeira com ênfase em produtos bancários. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

XAVIER, Ademir. Estratégias Estatísticas em Investimentos - Heurísticas seguras para investimentos e regras de gerenciamento de risco. Ed. Novatec, 2009.

OLIVO, Rodolfo Leandro de Faria. Análise de Investimentos. Ed. Alínea e Átomo. 2008

FILHO, Nelson Casarotto, KOPITKE, Bruno Hartmut. Análise de Investimentos - 11ª - Ed. – Editora: ATLAS, 2010.

CALOBA, Guilherme Marques, MOTTA, Regis da Rocha. Analise De Investimentos – Ed. ATLAS. 2002.

Código	Disciplina	Aulas/Semanais	C.H.	Pré-Req.
TPG54	Simulação e Prática Empresarial II	2	34	--

EMENTA:

Aplicar práticas relacionadas ao planejamento e tomada de decisão no ambiente empresarial. Implantar metodologias de estudo de caso aplicadas à análise de diagnóstico de cenários empresariais. Aplicar as principais técnicas de simulação empresarial e os principais indicadores empresariais e ferramentas de análise, para integrar os conhecimentos de gestão e sistematizar soluções corretivas e preditivas. Participação em um jogo de negócios que consiste na simulação de um ambiente empresarial competitivo.

BIBLIOGRAFIA:**a) Básica:**

SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert; OLIVEIRA, Maria Teresa Corrêa de. Administração da produção. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.; JAFFE, Jeffrey F. (Colab.). Administração financeira. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. Princípios de marketing. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

GRAMIGNA, Maria Rita Miranda. Jogos de empresa e técnicas vivenciais. 2 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. (livro eletrônico)

b) Complementar:

KWASNICKA, Eunice Lacava. Introdução à administração. 6. ed., São Paulo: Atlas, 2015.

HOJI, Masakazu. Administração financeira e orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FIANI, Ronaldo. Teoria dos jogos: com aplicações em economia, administração e ciências sociais. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

ANTUNES, Junico (Org.). Sistemas de produção: conceitos e práticas para projeto e gestão da produção enxuta. Porto Alegre: Bookman, 2008.

BARÇANTE, Luiz César; PINTO, Fernando Castro (Colab.). Jogos de negócios: revolucionando o aprendizado nas empresas. Rio de Janeiro: Impetus, 2003.

Código	Disciplina	Aulas/Semanais	C.H.	Pré-Req.
TPG55	Atividades de Extensão: Projeto Integrador III	3	Teórica: 0 Extensão: 51 Total: 51	--

EMENTA:

Integrar, através de uma atividade de projeto contextualizado, interdisciplinar os conhecimentos desenvolvidos nas unidades curriculares do curso. Desenvolver habilidades de trabalho em grupo, comunicação oral e escrita, resolução de problemas, pensamento crítico, pensamento criativo, metodologia de desenvolvimento de projetos visando ao desenvolvimento das competências adquiridas no curso através de aplicação em projetos/atividades de extensão vinculados a programas, projetos ou atividades de extensão envolvendo os acadêmicos, registrados no campus, com ampla participação da comunidade externa.

BIBLIOGRAFIA:

De acordo com a atividade de projeto definida a cada semestre.

DISCIPLINAS ELETIVAS

Código	Disciplina	Aulas/Semanais	C.H.	Pré-Req.
TPG541	Língua Brasileira de Sinais	2	34	--

EMENTA:

Educação inclusiva. A educação bilíngue para os portadores de deficiência em áudio-comunicação, a legislação e a inclusão escolar. Implicações sócio-psico-linguísticas da surdez. Alfabeto manual e os sinais para o aprendizado e interpretação da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Fatores intervenientes na aprendizagem do portador de deficiência de áudio-comunicação.

BIBLIOGRAFIA:

a) Básica:

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira Vol I e II. São Paulo: Edusp – Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.

COUTO, Alpia. Como posso falar: aprendizagem da língua portuguesa pelo deficiente auditivo. Rio de Janeiro: AIPEDA, 1991.

b) Complementar:

QUADROS, Ronice Muller de; KAMOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais Brasileira: Estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SACKS, Oliver. Vendo Vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos. Rio de Janeiro: Imago, 1989.

SKLIR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2001.

_____. Educação e exclusão: abordagem sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 2001.

Código	Disciplina	Aulas/Semanais	C.H.	Pré-Req.
TPG542	Tópicos Especiais em Processos Gerenciais I	2	34	--

EMENTA:

Disciplina de conteúdo variável, escolhido a cada período de oferecimento, sobre áreas do conhecimento específicas do curso de Processo Gerencial, não cobertas pelas disciplinas de conteúdo fixo oferecidas pela Instituição. O plano de ensino deverá ser, obrigatoriamente, analisado pela

coordenação do curso e aprovado pelo Colegiado do curso.

Código	Disciplina	Aulas/Semanais	C.H.	Pré-Req.
TPG543	Tópicos Especiais em Processos Gerenciais II	2	34	--

EMENTA:
Disciplina de conteúdo variável, escolhido a cada período de oferecimento, sobre áreas do conhecimento específicas do curso de Processo Gerencial, não cobertas pelas disciplinas de conteúdo fixo oferecidas pela Instituição. O plano de ensino deverá ser, obrigatoriamente, analisado pela coordenação do curso e aprovado pelo Colegiado do curso.

20 MATRIZ DE EQUIVALÊNCIA

20.1 MATRIZ I (ANTIGA)

Semestre	Código	Disciplina	h/a semanal	C.H. total	Pré-Req.
1º	TPG10	Informática Aplicada	4	68	--
	TPG11	Teoria das Organizações	4	68	--
	TPG12	Matemática Financeira	4	68	--
	TPG13	Metodologia de Pesquisa	2	34	--
	TPG14	Português Instrumental	4	68	--
	TPG15	Inglês de Negócios	2	34	--
2º	TPG21	Organização, Sistemas e Métodos	4	68	TPG10-TPG11
	TPG22	Legislação Aplicada a Negócios I	4	68	--
	TPG23	Contabilidade Básica	4	68	TPG12
	TPG24	Economia e Mercado	4	68	--
	TPG25	Estatística Aplicada	2	34	TPG12
	TPG26	Sociologia nas Organizações	2	34	--
3º	TPG31	Marketing	4	68	--
	TPG32	Legislação Aplicada a Negócios II	2	34	TPG22
	TPG33	Administração de Compras e Materiais	4	68	
	TPG34	Gestão Financeira e Orçamentária	4	68	TPG23
	TPG35	Empreendedorismo	2	34	
	TPG36	Sistemas de Informação Gerencial	4	68	TPG21
4º	TPG41	Planejamento e Gestão Estratégica	4	68	TPG11
	TPG42	Gestão de Custos	4	68	TPG23-TPG34
	TPG43	Gestão de Pessoas	4	68	
	TPG44	Gestão pela Qualidade	2	34	
	TPG45	Gestão de Projetos Empresariais	2	34	TPG33-TPG34-TPG36
	TPG46	Trabalho de Conclusão de Curso I	2	34	TPG10 ao TPG36
	TPG47	Optativa	2	34	--

5°	TPG51	Logística	4	68	
	TPG52	Modelos Emergentes	4	68	
	TPG53	Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional	4	68	TPG32-TPG43
	TPG54	Pesquisa Operacional	2	34	TPG25-TPG45
	TPG55	Análise de Resultados Financeiros	2	34	TPG23-TPG25
	TPG56	Trabalho de Conclusão de Curso II	4	68	TPG41 ao TPG46

DISCIPLINAS OPTATIVAS					
4°	TPG471	Libras: Educação para a Diversidade	2	34	--
	TPG472	Psicologia Organizacional	2	34	--
	TPG473	Filosofia da Ciência	2	34	--

20.2 MATRIZ II (ATUAL)

Semestre	Código	Disciplina	Aulas/ Semanais	C.H. Teórica	C.H. de Extensão	C. H Total	Pré-Req.
1°	TPG10	Informática Aplicada	2	34	0	34	--
	TPG11	Teoria das Organizações	4	68	0	68	--
	TPG12	Matemática	4	68	0	68	--
	TPG13	Elaboração de Trabalho Científico	2	34	0	34	--
	TPG14	Português Instrumental	4	68	0	68	--
	TPG15	Legislação Aplicada a Negócios I	4	68	0	68	--
2°	TPG20	Gestão de Processos	4	68	0	68	--
	TPG21	Contabilidade Básica	4	68	0	68	--
	TPG22	Economia e Mercado	4	68	0	68	--
	TPG23	Legislação Aplicada a Negócios II	2	34	0	34	--
	TPG24	Ética e Responsabilidade Socioambiental	2	34	0	34	--
	TPG25	Gestão da Produção	2	34	0	34	--
	TPG26	Atividades de Extensão: Projeto Integrador I	2	0	34	34	--
3°	TPG30	Gestão do Agronegócio	2	34	0	34	--
	TPG31	Gestão de Custos	4	68	0	68	--
	TPG32	Planejamento e Gestão Estratégica	5	68	17	85	--
	TPG33	Gestão de Pessoas	4	68	0	68	--
	TPG34	Sistemas de Informação Gerencial	4	68	0	68	--
	TPG35	Atividades de Extensão: Projeto Integrador II	1	0	17	17	--
4°	TPG40	Gestão de Projetos Empresariais	2	34	0	34	--
	TPG41	Gestão Financeira e Orçamentária	5	68	17	85	--
	TPG42	Marketing	5	68	17	85	--
	TPG43	Logística e Cadeia de Suprimentos	4	68	0	68	--

	TPG44	Comportamento Organizacional	2	34	0	34	--
	TPG45	Simulação e Prática Empresarial I	2	34	0	34	--
5º	TPG50	Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional	2	34	0	34	--
	TPG51	Gestão pela Qualidade	2	34	0	34	--
	TPG52	Empreendedorismo	3	34	17	51	--
	TPG53	Análise de Resultados Financeiros	2	34	0	34	--
	--	Eletiva	2	34	0	34	--
	TPG55	Simulação e Prática Empresarial II	2	34	0	34	--
	TPG56	Atividades de Extensão: Projeto Integrador III	3	0	51	51	--

DISCIPLINAS ELETIVAS

5º	TPG541	Língua Brasileira de Sinais	2	34	0	34	--
	TPG542	Tópicos Especiais em Processos Gerenciais I	2	34	0	34	--
	TPG543	Tópicos Especiais em Processos Gerenciais II	2	34	0	34	--

20.3 MATRIZ DE EQUIVALÊNCIA

QUADRO DE EQUIVALÊNCIA DE DISCIPLINAS

Semestre	Código	Disciplina	Aulas/ Semanais	C.H. Teórica	C.H. de Extensão	C.H. Total	Código	Disciplina	Aulas/ Semanais	C.H.
1º	TPG10	Informática Aplicada	2	34	0	34	TPG10	Informática Aplicada	4	68
	TPG11	Teoria das Organizações	4	68	0	68	TPG11	Teoria das Organizações	4	68
	TPG12	Matemática	4	68	0	68	TPG12	Matemática Financeira	4	68
	TPG13	Elaboração de Trabalho Científico	2	34	0	34	TPG13	Metodologia de Pesquisa	2	34
	TPG14	Português Instrumental	4	68	0	68	TPG14	Português Instrumental	4	68
	TPG15	Legislação Aplicada a Negócios I	4	68	0	68	TPG22	Legislação Aplicada a Negócios I	4	68
2º	TPG20	Gestão de Processos	4	68	0	68	TPG21	Gestão de Processos	4	68
	TPG21	Contabilidade Básica	4	68	0	68	TPG23	Contabilidade Básica	4	68
	TPG22	Economia e Mercado	4	68	0	68	TPG24	Economia e Mercado	4	68
	TPG23	Legislação Aplicada a Negócios II	2	34	0	34	TPG32	Legislação Aplicada a Negócios II	2	34
	TPG24	Ética e Responsabilidade Socioambiental	2	34	0	34	TPG26	Sociologia das Organizações	2	34
	TPG25	Gestão da Produção	2	34	0	34				
	TPG26	Atividades de Extensão: Projeto Integrador I	2	0	34	34				
3º	TPG30	Gestão do Agronegócio	2	34	0	34				
	TPG31	Gestão de Custos	4	68	0	68	TPG42	Gestão de Custos	4	68
	TPG32	Planejamento e Gestão Estratégica	5	68	17	85	TPG41	Planejamento e Gestão Estratégica	4	68
	TPG33	Gestão de Pessoas	4	68	0	68	TPG43	Gestão de Pessoas	4	68
	TPG34	Sistemas de Informação Gerencial	4	68	0	68	TPG36	Sistemas de Informação Gerencial	4	68
	TPG35	Atividades de Extensão: Projeto Integrador II	1	0	17	17				
4º	TPG40	Gestão de Projetos Empresariais	2	34	0	34	TPG45	Gestão de Projetos Empresariais	2	34
	TPG41	Gestão Financeira e Orçamentária	5	68	17	85	TPG34	Gestão Financeira e Orçamentária	4	68
	TPG42	Marketing	5	68	17	85	TPG31	Marketing	4	68
	TPG43	Logística e Cadeia de Suprimentos	4	68	0	68	TPG51	Logística e Cadeia de Suprimentos	4	68
	TPG44	Comportamento Organizacional	2	34	0	34	TPG472	Psicologia Organizacional		
	TPG45	Simulação e Prática Empresarial I	2	34	0	34				
5º	TPG50	Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional	2	34	0	34	TPG53	Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional	4	68
	TPG51	Gestão pela Qualidade	2	34	0	34	TPG44	Gestão pela Qualidade	2	34
	TPG52	Empreendedorismo	3	34	17	51	TPG35	Empreendedorismo	2	34
	TPG53	Análise de Resultados Financeiros	2	34	0	34	TPG55	Análise de Resultados Financeiros	2	34
	TPG541	Língua Brasileira de Sinais					TPG471	Libras: Educação para a Diversidade	2	34
	TPG542	Tópicos Especiais em Processos Gerenciais I	2	34	0	34				
	TPG543	Tópicos Especiais em Processos Gerenciais II								
	TPG55	Simulação e Prática Empresarial II	2	34	0	34				
TPG56	Atividades de Extensão: Projeto Integrador III	3	0	51	51					

21 PROJETO INTEGRADOR

O projeto integrador faz parte da matriz curricular, em especial das atividades de extensão do CST em Processos Gerenciais com o objetivo de integrar as disciplinas de forma interdisciplinar para auxiliar o profissional nos desafios de sua profissão, aplicando este conhecimento em situações reais, no atendimento de necessidades das organizações e promovendo o apoio ao desenvolvimento local e regional, finalidade básica do IFMT.

Pensando nessa realidade, o projeto integrador como atividade de extensão será realizado em três semestres (segundo, terceiro e quinto semestre). A partir dele serão realizados estudos voltados para a solução de problemas enfrentados pelas empresas locais, em relação aos componentes estudados em cada período letivo. Serão utilizados também eventos, cursos, visitas técnicas e demais ações de extensão necessárias para garantir a integração entre o curso, o campus e os setores da sociedade.

A dinâmica do Projeto Integrador no curso de Tecnologia em Processos Gerenciais visa uma integração dos conteúdos determinados pelos componentes tradicionais buscando relacionar a aprendizagem na sala de aula com a prática profissional observado no ambiente profissional através das ações de extensão desenvolvidas, apresentando-se como espaço para o exercício de competências essenciais como a capacidade de projetar, a de trabalhar em grupo, liderança, entre outras.

Cada semestre será analisado o perfil da turma, assim como as variáveis que podem ser trabalhadas, levando em consideração as tendências, os possíveis desafios da região em consonância com as áreas do curso e as necessidades apresentadas pela comunidade.

22 ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O Parecer CNE/CES nº 239/2008, estabelece que o estágio supervisionado, nos cursos superiores de tecnologia é facultativo, bem como o trabalho de conclusão de curso.

Baseado nesse documento, o CST em Processos Gerenciais do IFMT, *Campus* Campo Novo do Parecis, não terá o estágio curricular em sua matriz curricular, mas, em seu lugar, o discente deverá cursar os componentes curriculares de Projeto Integrador I, II, no qual o acadêmico deverá desenvolver atividades práticas que serão relatadas em um relatório, no final de cada semestre letivo.

Para a realização do Estágio Supervisionado não obrigatório, é celebrado um termo de compromisso entre aluno, Instituição Concedente e Instituição de Ensino. Quando solicitado

pelo estudante, o estágio não obrigatório será oportunizado pela Supervisão de Estágio e pela Coordenação de Curso, conforme regulamento de estágio.

23 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Parecer CNE/CES nº 239/2008, estabelece que o trabalho de conclusão de curso, nos cursos superiores de tecnologia é facultativo, bem como o estágio supervisionado. Baseado nesse documento, o CST em Processos Gerenciais do IFMT, *Campus* Campo Novo do Parecis, não terá o trabalho de conclusão de curso em sua matriz curricular, mas, em seu lugar, o discente deverá cursar os componentes curriculares de Projeto Integrador I, II e III, que será uma mescla de estágio e trabalho de conclusão de curso, pois o acadêmico deverá desenvolver atividades práticas que serão relatadas em um relatório, no final de cada semestre letivo.

24 PESQUISA E PRODUÇÃO CIENTÍFICA

O CST em Processos Gerenciais estimula a realização e o desenvolvimento de projetos visando à descoberta de novas tecnologias e ao desenvolvimento local e regional. O curso procura cultivar e estimular a atividade científica e o pensar crítico em qualquer atividade didático-pedagógica, bem como a participação dos discentes nos projetos de iniciação científica e em pesquisas em andamento com os docentes do curso, fortalecendo a participação discente. Também programa e promove eventos científicos, estimulando a participação de docentes e técnicos-administrativos em congressos, simpósios, seminários e encontros de pesquisa, promovendo intercâmbio com instituições científicas, mantendo e provendo serviços de apoio indispensáveis, tais como biblioteca, bases de dados informatizadas, documentação e divulgação científica.

Com relação ao desenvolvimento das pesquisas dos docentes, o CST em Processos Gerenciais fomenta a investigação científica através de diversos mecanismos institucionais, como subsídios, infraestrutura, carga horária, custeio das despesas e investimento de pesquisas, bem como na participação e apresentação dos trabalhos em eventos científicos. As políticas de fomento às pesquisas adotadas pela Instituição e os investimentos realizados geram trabalhos científicos que promovem a interação entre os pesquisadores Institucionais e os demais pesquisadores do ambiente acadêmico nacional e internacional. Na área de pesquisa e de extensão, os alunos são incentivados academicamente e financeiramente a participar de eventos científicos como congressos, seminários e conferências. Assim, a produção científica, cultural, artística e tecnológica está presente no vasto material desenvolvido, como por exemplo: artigos publicados em periódicos científicos, livros ou capítulos de livros, trabalhos publicados em

anais (completos ou resumos), produção didático-pedagógica relevante, publicada ou não publicada, entre outras produções científicas, culturais, artísticas e tecnológicas.

25 METODOLOGIA

Um dos objetivos principais do curso de Processos Gerenciais é disponibilizar ao mercado um profissional autônomo, consciente do seu papel em qualquer área que possa atuar, capaz de ser criativo, crítico e interessado em ser protagonista do futuro, inovando e construindo conhecimentos baseados em uma série de habilidades e competências, desenvolvendo atitudes e valores no âmbito profissional. O alcance dos objetivos do curso e o êxito na construção do perfil do egresso exigem que a metodologia de ensino seja adequada a essas finalidades.

Nesse sentido, o modelo de aprendizagem no qual o professor detém o conhecimento e repassa ao aluno e este por sua vez, recebe o conhecimento de forma passiva, deve ser repensado. O principal objetivo é que ação ensino- aprendizagem deve ser transformada, principalmente visando a participação ativa do aluno no processo. Esse aluno passa a ser responsável pelo seu aprendizado, tendo como dever o comprometimento, persistências, curiosidade e também iniciativa para buscar novas formas de melhorar sua experiência escolar. O professor por sua vez, será o facilitador do processo, colaborando com o planejamento e organização das atividades de aprendizagem.

Cabe ao professor a consideração às inteligências múltiplas, à autoestima dos alunos, aos processos interativos, bem como a utilização de recursos tecnológicos modernos aliado ao processo pedagógico, dinamicidade que ultrapassa a mera transmissão do conteúdo, encorajando a independência do discente.

Por meio do diálogo crítico com autores clássicos e contemporâneos e do debate em sala de aula, teorias vão se consolidando para permitir que estudos de casos, seminários e verificações *in loco* de realidades diversas contribuam para o desenvolvimento de habilidades e a construção de competências para a prática profissional exitosa. Além disso, não se podem ignorar os pilares da educação para o século XXI, nem se furtar aos parâmetros da educação planetária para tornar o educando um profissional competente e consciente de seu papel no mundo moderno.

As metodologias de ensino desenvolvidas no CST em Processos Gerenciais devem ser combinadas, de forma simultânea ou sequencial, oferecendo ao discente a oportunidade de perceber e analisar os assuntos referentes a Processos Gerenciais e ao mundo dos negócios. Pensando nessa interação, a matriz deve ser pensada como elemento integrador, possibilitando entre outros fatores:

- a) a integração de conteúdos;
- b) A participação cooperativa entre professores;
- c) Diálogo constante sobre novas temáticas e modelos;
- d) a aplicação de modelos de aprendizado baseado em problemas, o ensino baseado em projetos aplicados, entre outros;
- e) a abordagem multidisciplinar de situações próximas daquelas que os futuros profissionais de um gestor de processos ao longo de sua carreira;
- f) a integração dos alunos do Curso Superior em Processos Gerenciais com os alunos dos demais cursos do *Campus* Campo Novo do Parecis, demonstrando essa oportunidade de conhecer diversas áreas por meio de atividades integradoras.

Para o alcance dessa proposta, torna-se importante algumas ações sistemáticas:

- a) discussão com os docentes das bases pedagógico-conceituais do projeto pedagógico do curso, possibilitando novos olhares e demandas atuais para os discentes;
- b) aglutinação dos conteúdos previstos pelos eixos definidos em torno das competências de caráter teórico, procedimental e atitudinal pertinentes a cada semestre do curso;
- c) criação de estratégias de ensino-aprendizagem envolvendo o corpo docente e equipe multidisciplinar no momento de construção dos programas de aprendizagem pelo corpo docente, com vistas a otimizar a integração do trabalho pedagógico interdisciplinar.

Este roteiro metodológico deverá perpassar toda a implementação dos componentes curriculares durante o funcionamento do curso, permitindo uma renovação constante das discussões de caráter pedagógico-formativo e uma prática crítica-reflexiva integrada ao corpo docente. Como etapa de análise e realimentação do processo, preconiza-se a realização periódica de avaliações coletivas dos objetivos formativos de curto, médio e longo prazo, tendo por meta a aproximação do marco teórico do curso da realidade social no qual o mesmo se refere.

25.1 Atividades desenvolvidas pelo corpo docente

O corpo docente do CST em Processos Gerenciais trabalhará com várias metodologias de ensino, presencial ou semipresencial, da seguinte forma:

- a) Aulas teóricas:** em que o estudante recebe e desenvolve conhecimentos básicos ou avançados, previstos nos conteúdos curriculares. Essas atividades são desenvolvidas individualmente ou em grupo, em salas de aulas ou outros espaços compatíveis. Podem prever a utilização de quadro branco, projetores multimídia e outros materiais didáticos.

b) Aulas práticas: em que o estudante recebe e desenvolve conhecimentos que envolvem a experimentação com elementos organizacionais ou que os representem. Essas atividades acontecem em espaços especialmente preparados para essas atividades ou em visita a campo. As atividades podem ser desenvolvidas individualmente ou em grupo.

c) Simulações: em que o estudante se submete a uma situação que se aproxime o mais possível de uma situação de interesse, de maneira que o mesmo se sinta como participante dela. A vivência passa a ser o elemento que permite ao estudante entender a relação entre conhecimentos obtidos em outras atividades. As simulações podem envolver o uso de modelos computacionais de simulação e de jogos empresariais.

d) Desenvolvimento de projetos: em que o estudante desenvolve e eventualmente implementa soluções para problemas relacionados à profissão. Essa atividade é desenvolvida preferencialmente em grupo e pressupõe a mobilização dos conhecimentos teóricos aprendidos e o uso dos diversos espaços disponíveis. Os projetos estão vinculados a um componente curricular específico.

e) Visitas técnicas: nesse tipo de atividade os estudantes entrarão em contato com a complexidade das organizações, sejam elas privadas ou públicas, com ou sem fins lucrativos. Além da observação, os estudantes exercitarão a sua capacidade de argumentação, identificação de problemas, análise e comunicação. Toda visita técnica deve ser acompanhada de um protocolo para a atividade e deve permitir que os estudantes produzam relatórios técnicos individuais ou em grupo;

f) Sala de aula invertida e laboratórios rotacionais: as atividades do CST em Processos Gerenciais poderão ser desenvolvidas através de metodologias ativas como: “Sala de Aula Invertida: um curso ou uma disciplina em que os estudantes têm ensino online fora da sala de aula, em lugar de lição de casa tradicional” (HORN e STAKER, 2015, p. 55) e ainda o modelo de “Laboratórios Rotacionais: um curso ou uma disciplina em que os estudantes alternam para um laboratório de informática que serve de estação de ensino online”. Para que o modelo de Sala de Aula Invertida e Laboratórios Rotacionais sejam efetivos, serão disponibilizados o suporte tecnológico necessário e o atendimento por parte dos docentes, no intuito de garantir o bom andamento das atividades e a manutenção dos objetivos do curso.

26 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação é entendida como parte do processo educacional que permite delinear, obter e fornecer informações úteis para a tomada de decisões com vistas a atingir níveis mais aprimorados de aprendizagem. A aprendizagem dos alunos, para fins de avaliação, se

fundamentará não simplesmente na ação de julgar a reprodução dos conteúdos aprendidos, mas no nível de interatividade com o objeto de estudo, no processo de construção de conceitos e na aplicabilidade destes conhecimentos na resolução de problemas.

O processo de avaliação deve constituir-se no principal instrumento de investigação diagnóstica, contínua, cumulativa, sistemática e compartilhada em cada etapa educativa, para a busca incessante de compreensão das dificuldades do educando e da instituição na dinamização de novas oportunidades de conhecimento.

Na avaliação das atividades discentes, em equilíbrio com a proposta do Curso, pretende-se que seja contemplado também o enfoque interdisciplinar e globalizador, o que significa que os professores envolvidos nas atividades didático-pedagógicas de ensino, pesquisa e extensão desenvolverão um processo continuado e progressivo de avaliação, considerando o percurso percorrido pelos acadêmicos, valorizando os saltos positivos na progressão, identificando e encontrando estratégias de superação para as dificuldades apresentadas neste mesmo percurso.

Neste curso superior, o processo continuado e permanente do processo avaliativo é o pretendido, buscando com ele:

a) diagnosticar possíveis dificuldades e construir estratégias para sua superação, possibilitando ao educador condições de compreender o estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno e detectar causas determinantes das dificuldades;

b) informar resultados que estão sendo alcançados durante e no final das atividades desenvolvidas;

c) possibilitar o replanejamento do trabalho docente;

d) favorecer o desenvolvimento do educando como indivíduo e como cidadão, auxiliando-o no seu crescimento, na construção do conhecimento, no processo de interação consigo mesmo e no desenvolvimento de suas responsabilidades políticas e sociais.

A avaliação da aprendizagem auxilia o aluno a compreender o crescimento em seu processo de formação, especialmente no que se refere à construção de conhecimentos e aprendizagem de condutas e habilidades significativas para atuação profissional. A avaliação permite observar como acontece a aprendizagem do aluno no processo de constituição de sua formação.

Nesse sentido, a avaliação da aprendizagem não é uma questão apenas de aluno, mas, também do professor – o sujeito que ensina-aprende e da instituição que oferece as condições objetivas de trabalho.

Os procedimentos de avaliação poderão contemplar: métodos dialógicos e participantes, o uso de entrevistas livres, debates, análise de depoimentos, observação participante; tarefas

diversificadas; provas escritas ou orais; trabalhos em grupo, tarefas individuais menores e sucessivas; observação dos alunos no processo de construção do conhecimento.

Neste sentido, em termos práticos, a avaliação compreenderá um processo continuado dentro das disciplinas, reforçado pelos encontros mensais dos docentes do Curso, processo este que deverá possibilitar acompanhar, diagnosticar, avaliar o desenvolvimento das competências pretendidas para o egresso do Curso.

A avaliação do rendimento escolar do aluno, em cada disciplina, é realizada no decurso do período letivo, mediante exercícios, trabalhos, testes, provas ou outras modalidades de aferição da aprendizagem.

Na avaliação dos alunos com Necessidades Educacionais Específicas, o curso poderá oferecer adaptações aos instrumentos avaliativos e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno com Necessidades Educacionais Específicas, inclusive tempo adicional para realização de provas, conforme as características da necessidade específica. A aferição de rendimento deverá ser feita separadamente, por Componente Curricular, abrangendo sempre os aspectos de assiduidade e aproveitamento. A nota necessária para aprovação deverá ser igual ou maior a seis. Para fins de padronização, os critérios e procedimentos de avaliação e aprovação serão definidos pelo colegiado do curso.

O aluno reprovado pode prosseguir seus estudos, matriculando-se nas disciplinas da sequência recomendada e nas disciplinas em que foi reprovado, atendidos os pré-requisitos curriculares e a não coincidência de horários.

A avaliação se dará de acordo com os seguintes critérios:

a) A avaliação discente é parte integrante de um todo indissociável, no que se refere ao processo de transmitir e promover o conhecimento científico;

b) A avaliação da aprendizagem deverá manifestar-se como instrumento identificador de crescimento do discente, fornecendo-lhe a reflexão do conteúdo exposto;

c) O processo avaliativo, assim como toda ação educacional, não deve funcionar como objeto de pressão disciplinar;

d) No início de cada período letivo, o docente deverá encaminhar o plano de curso com as formas e os critérios de avaliação à Coordenação;

e) O docente deverá informar aos discentes as formas e os critérios de avaliação de sua disciplina;

f) O docente deverá aplicar no mínimo três avaliações, no decorrer do semestre, para obter a média semestral do discente;

g) no regime semestral, não se adota a organização bimestral; assim, para verificação do rendimento considerar-se-á uma só nota final, no período semestral; resultante da média aritmética ou somatória das notas das avaliações aplicadas no decorrer do semestre; nota expressa na escala de 0 (zero) a 10 (dez), sem arredondamento e considerando a primeira casa decimal;

h) Será considerado aprovado, por média, sem necessita de prova final, o discente que obtiver aproveitamento igual ou superior a 6,0 (seis) e frequência igual ou superior a 75%;

i) Se no final do semestre o estudante não obtiver a média 6.0, constante no regimento da instituição, terá direito a Prova Final (PF), também valendo 6.0. O aluno terá direito a prova final em todas as disciplinas que estiver cursando, sem nota mínima para ser convocado. Todavia, se estiver reprovado por falta, não terá direito a realizar PF.

j) A PF terá valor de 0 (zero) a 10 (dez). A nota da PF substitui a média semestral. Todavia, se a nota da PF for inferior à média semestral, mantém-se está com media final. E, para aprovação após Prova Final, é necessário que a nota obtida seja igual ou maior que 6,0 (seis).

k) A frequência mínima para aprovação quanto à assiduidade é de 75% da carga horária da disciplina, conforme estabelecido por Lei;

l) O discente que faltar por causas médicas deverá justificar sua falta através da apresentação de atestado médico no prazo de até 48 horas úteis ao dia da falta;

m) Será concedida segunda chamada para os discentes que faltarem a qualquer avaliação, nos casos amparados por lei. O prazo para solicitação de avaliação, a que se refere este critério, é de 48 horas úteis, a partir do dia seguinte da sua aplicação;

n) O discente terá direito a requerer revisão de qualquer avaliação escrita, a qual foi submetida, no prazo máximo de cinco dias a partir de sua devolução;

o) O pedido de revisão de PF dependerá de deliberação do Colegiado de Curso, que solicitará a Coordenação do Curso a constituição de Banca Examinadora;

p) A Banca Examinadora, composta por 3 (três) docentes da área, terá o prazo de 72 (setenta e duas) horas para apresentar o seu parecer;

q) O discente e o docente envolvido no referido fato poderão participar do processo de revisão apenas com direito a voz;

r) O prazo de entrega das notas à Secretaria de Registro Acadêmico constará no Calendário Acadêmico;

s) A aprovação em qualquer disciplina é efetuada depois de satisfeitas as exigências do processo avaliativo e da assiduidade mínima exigida, excetuando-se os casos legais de justificativa e compensação de ausência;

t) Para os casos previstos em lei, o discente deverá requerer, em tempo hábil, o seu afastamento, bem como solicitar provas, atividades e atendimento domiciliar nos casos específicos, que serão realizados de acordo com a deliberação da Coordenação do Curso e do professor da disciplina;

u) A frequência às aulas, seminários ou qualquer outra atividade acadêmica prevista no curso é obrigatório aos discentes matriculados;

A justificativa das faltas somente será concedida nos casos previstos em lei, mediante pedido a ser protocolado pelo aluno ou por seu representante, com apresentação de documentação original comprobatória.

Considera-se reprovado, ao final do semestre letivo, o aluno que:

a) obter média final inferior a 6,0 (seis) pontos, computada a nota da prova final; e, ou,

b) obter frequência inferior a 75% na disciplina; e, ou,

c) não comparecer para a realização da prova final, sem justificativa apresentada no prazo de 48 horas, em horário de expediente da coordenação, a contar da data e hora previstas para o exame.

27 AVALIAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

A Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, estabelece que os Institutos Federais devem exercer o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais.

Diante disso, o CST em Processos Gerenciais visará promover o desenvolvimento de um conjunto de competências e habilidades que se articula para a formação e/ou qualificação, tanto de um profissional como de um empreendedor de negócios. Deverá ter competências que reflitam a variedade de demandas sociais e profissionais da área, propiciando uma capacidade de adequação à complexidade e velocidade do mundo moderno. Será um profissional especializado, capacitado para ocupar posições já existentes e emergentes no mercado de trabalho, decorrentes do desenvolvimento e progresso empresarial e às novas especializações da área.

Aos alunos regularmente matriculados no curso, é garantida a possibilidade de aproveitamento de estudos da Área Profissionalizante, de qualificação ou habilitação profissional já cursada, desde que o prazo não exceda três anos.

O aproveitamento de conhecimentos e experiências adquiridas anteriormente pelos alunos, diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva habilitação profissional, poderá ocorrer por meio de:

- a) disciplinas de caráter profissionalizante cursadas no Ensino Superior;
- b) experiências adquiridas no trabalho ou por outros meios informais, mediante avaliação do aluno;
- c) avaliação de competências reconhecidas em processos formais de certificação profissional.

Para efeito de aproveitamento de conhecimentos anteriores e experiências, o aluno deverá, no momento da matrícula, apresentar requerimento ao respectivo Coordenador de Curso e solicitar aproveitamento de estudos concluídos com êxito por componente curricular ou área de conhecimento, apresentando documentos de certificação anteriores devidamente registrados, com carga horária e conteúdo cursados, compatibilizados os desenhos curriculares ou as certificações e históricos escolares. Nestes casos, a análise atenderá os seguintes critérios:

- componentes curriculares cursados, observando-se a compatibilidade de carga horária, ementário e conteúdo;
- quando for necessário, será feita a complementação para a confirmação dos componentes curriculares exigidos no Curso;
- validação de competências mediante realização de atividade passível de avaliação, quando o aluno adquiriu as competências e/ou habilidades no trabalho ou por outros meios, sendo necessária a apresentação de Curriculum Vitae devidamente comprovado, descrição das atividades relacionadas à(s) competência(s) cujo aproveitamento está sendo solicitado e cópia de carteira profissional e/ou contrato de trabalho na ocorrência de vínculo formal de emprego ou declaração de serviços quando não existir a relação formal de emprego.

O aproveitamento de competências, anteriormente adquiridas pelo aluno, por meio da educação informal ou do trabalho, para fins de prosseguimento de estudos, será feito mediante avaliação a ser realizada pelo Colegiado de Curso, atendendo os referenciais constantes de sua proposta pedagógica, as diretrizes nacionais dos Cursos Superiores de Tecnologia e ao Art. n.º 189 da Regulamento Didático do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, aprovada pela Resolução n.º 104 de 15 de Dezembro de 2014.

Semelhante procedimento será adotado quando o aproveitamento tiver como objetivo a certificação de competências, para conclusão de estudo. Em consonância com a legislação vigente, é assegurado ao aluno devidamente matriculado a certificação de competências

visando a conclusão de estudo, a qualquer tempo, desde que demonstrado aproveitamento e atingidos os objetivos desse nível de ensino.

28 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO

O acompanhamento e a avaliação do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais serão feitos permanentemente na busca de reconstrução das práticas e modalidades de trabalho que compõem o projeto.

A avaliação do Curso compreenderá quatro dimensões:

a) O Departamento de Ensino do IFMT - Campus Campo Novo do Parecis e a Coordenação de Curso organizarão e implementarão processos de avaliação da prática docente, processos estes que envolvam a participação de todos os estudantes e professores na identificação e análise da qualidade do trabalho;

b) A CPA (Comissão Própria de Avaliação) realizará diagnóstico das condições das instalações físicas, equipamentos, acervos e qualidade dos espaços de trabalho da Instituição e encaminhará aos órgãos competentes as solicitações quando necessárias mudanças, adaptações que se coloquem como necessárias no desenvolvimento das atividades de ensino.

c) O Núcleo Docente Estruturante (NDE) será criado com o objetivo de acompanhar, analisar e propor mudanças ao projeto do curso com o intuito de torná-lo atual e adequado aos requisitos da profissão e dos processos pedagógicos utilizados, atuando conjuntamente à Coordenação e ao Colegiado do curso;

d) O Colegiado de Curso organizará espaços de discussão e acompanhamento da qualificação didático-pedagógica dos docentes através de levantamentos que permitem observar a produção dos professores e o investimento realizado no sentido da socialização de pesquisas em diferentes espaços da comunidade.

Todos os cursos de graduação do IFMT – Campus Campo Novo do Parecis desenvolvem processos avaliativos que se inserem no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, sistema este instituído pelo MEC no ano de 2004. O SINAES tem como objetivo assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes.

A CPA é responsável por gerir a avaliação institucional internamente. Os resultados das avaliações permitem o planejamento de ações futuras com vistas a permanente qualificação do trabalho de formação do ensino superior. A avaliação dos cursos de tecnologia visa identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial às relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica. Em relação à avaliação do

desempenho dos estudantes dos cursos de graduação é realizada por meio da aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE. O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE é um instrumento de avaliação que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e, tem como objetivo acompanhar o processo de aprendizagem e o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, às habilidades e competências desenvolvidas.

O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, por isso o registro de participação ou dispensa dos alunos é condição indispensável para a emissão do histórico escolar e para a colação de grau. Ainda, de acordo com a Lei nº. 10.861 de 14 de abril de 2004, Art. 5º, § 5º, o ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação. Por isso, os estudantes selecionados pelo INEP para participarem do ENADE deverão comparecer e realizar, obrigatoriamente o Exame, como condição indispensável para sua colação de grau.

O IFMT – Campus Campo Novo do Parecis, através do seu Departamento de Ensino, realiza a inscrição junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, de todos os alunos habilitados a participar do ENADE (cada coordenação de curso é responsável pela inscrição e acompanhamentos dos acadêmicos do seu curso).

29 PLANO DE MELHORIA DO CURSO

O IFMT - Campus Campo Novo do Parecis, conta com uma área de 73 hectares de área produtiva, e mais de 13.000 m² de área construída, contendo 31 (trinta e um) imóveis destinados ao campus, respeitando a legislação vigente sob o decreto nº 5.296/2004. Construído recentemente passarelas Cobertas e Área de Convivência de 1.836,99 m², Ampliação da biblioteca de mais 144 m² totalizando hoje 381 m². O Bloco administrativo conta com uma área de 475 m². Restaurante com 559 m². O Campus possui hoje 18 salas de aulas com tamanho médio de 55m², todas com equipamentos multimídias e ares-condicionados.

O campus conta também com 2 laboratórios multidisciplinares de informática equipados com 55 computadores. Laboratórios multidisciplinares de biologia, artes, química, Física, Análise de alimentos, Solos, Fitopatologia, Entomologia, Microbiologia, Sementes, industrialização de alimentos, Fitotecnia, manutenção e montagem de computadores e um laboratório de matemática.

O IFMT Campo Novo possui em sua área voltada para atividades esportivas, contendo uma quadra poliesportiva coberta de aproximadamente 1,204 m², e um campo de futebol society e ainda conta com dois vestiários de 159 m².

Estão previstas, ainda, várias ações de melhoria para o bom funcionamento do curso, conforme segue:

- Ampliação das salas dos professores que resulta em 3 salas com aproximadamente 70 m² cada, para agosto 2020.
- Aquisição de livros, revistas e periódicos para atender a necessidade do Curso de Tecnologia em Processos Gerenciais.
- Instalação de sala para atendimento ao Núcleo de Incubadora de Empresa, prevista para junho 2020.
- Sala NAPNE- Núcleo de Atendimento às pessoas com necessidades específicas para junho de 2020.
- Reativação do Centro de línguas – CELIF para maio de 2020.
- Casa de defensivos – Previsão de conclusão da obra maio de 2020.

Para melhor atendimento aos objetivos propostos neste plano de curso, o IFMT - Campus Campo Novo do Parecis, além da melhoria sistemática de suas atuais instalações, pretende a instalação de um laboratório de informática específico para o Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais e de um escritório de negócios, oferecendo aos discentes condições de aulas práticas mais elaboradas.

Com vistas ao aprimoramento tecnológico constante do discente, serão adquiridos e/ou utilizados softwares ou sistemas que promovam a capacitação do discente no ambiente virtual, como jogos e simulações, plataformas ou sistemas de elaboração de plano de negócios, de gerenciamento de projetos empresariais, de canvas, de fluxograma, dentre tantos que serão ferramental importantes no mercado de trabalho.

30 PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O processo de revisão do PPC do curso de Tecnologia em Processos Gerenciais não somente considera o disposto no Plano Nacional de Educação (PNE) vigente, mas busca contribuir para a concretização de suas metas, em especial as Metas 12, 13 e 14.

Levando em consideração as características socioeconômicas do município de Campo Novo do Parecis, a oferta do curso de Tecnologia em Processos Gerenciais, com duração de 2,5 anos, através de uma Instituição Federal pública, que oferta cursos gratuitos e que conta com uma infraestrutura ímpar, contribui diretamente para a elevação da taxa de matrícula na educação superior.

No âmbito das estratégias que visam a concretização de tais metas, o curso de Tecnologia em Processos Gerenciais conta com o apoio de uma equipe pedagógica completa e

preparada, essencial para o processo de planejamento e acompanhamento das atividades acadêmicas. Além disso, as atuais características estruturais da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, possibilitam o desenvolvimento da equipe que atua no curso, sendo necessárias fortalece-las e expandi-las através de políticas públicas sólidas e embasadas.

A primeira revisão do PPC permite também à equipe que atua no curso um planejamento mais claro quanto às atividades futuras que devem ser desenvolvidas para alcançar os objetivos propostos, definindo-se estratégias específicas para lidar com as dificuldades vivenciadas nos primeiros anos de vigência do curso, com destaque para as ações que visam a permanência e êxito dos discentes, assim como a implementação de novas metodologias, com destaque para à curricularização da extensão, o ensino híbrido e metodologias ativas. Além disso, em médio, o objetivo é que a área de Gestão e Negócios se expanda no *campus*, através da verticalização do ensino, com a oferta de um curso de pós-graduação *Lato Sensu*.

31 ATENDIMENTO AO DISCENTE

O IFMT – Campus Campo Novo do Parecis conta com uma equipe formada por pedagogos e psicólogo, para o acompanhamento, orientação pedagógica e disciplinar dos discentes.

Este grupo de profissionais capacitados tem como objetivo dar suporte ao corpo discente no que se refere às dificuldade enfrentadas no processo ensino-aprendizagem quais sejam: dificuldade de aprendizagem, relacionamento interpessoal, auto gestão pessoal e profissional e outros, atuando como canal de comunicação entre os alunos e a Instituição, intermediando questões didático-pedagógicas, promovendo apoio a projetos e outras atividades de interesse dos alunos, sugerindo ações e mudanças para a melhoria do sistema de gestão no que se refere ao atendimento ao aluno.

Caracteriza-se como um espaço aberto ao diálogo, onde os alunos poderão expor suas ideias e/ou dificuldades para serem ultrapassadas com o objetivo de alcançar a sua plena satisfação. Nesse contexto, as atividades são compostas para:

- a) dar atendimento personalizado ao aluno;
- b) apoiar atividades de alunos e professores;
- c) examinar e orientar os alunos em suas eventuais dificuldades psicopedagógicas, juntamente como o corpo docente e coordenadores;
- d) receber e encaminhar queixas, reclamações e sugestões da comunidade acadêmica, apurando e sugerindo melhoria na qualidade dos serviços prestados;

e) orientar os alunos profissionalmente para o mercado de trabalho, preparando-os para o estágio;

Em relação aos alunos com dificuldades de aprendizagem, duas estratégias, a princípio, serão traçadas para atendê-los de forma que venham apresentar uma aprendizagem satisfatória:

a) a primeira estratégia se refere a um conjunto integrado e interno de atendimento ao discente, na medida em que, caso seja constatada dificuldades, o docente deverá fazer uma solicitação ao coordenador do curso para que seja autorizada a criação de um grupo de estudantes com dificuldades em sua matéria e seja marcado um plantão tutorial extraclasse.

b) caso o aluno apresente dificuldades estruturais em termos de infraestrutura, cognitivas em termos dos conhecimentos e suas relações ou afetivas em relações inter e intrapessoais, que o impeçam de aprender, o discente será encaminhado para clínicas parceiras de atendimento psicopedagógico ou psicológico, via NAPNE.

Ainda, o IFMT Campus Campo Novo do Parecis possui em seu quadro interprete de libras, profissional que auxilia nas ações que promovam o ensino – aprendizagem de alunos que necessitem de apoio em libras.

32 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

O aproveitamento de estudos é feito através de reconhecimento da identidade ou equivalência entre disciplinas e conteúdos, totalizando, no mínimo, 80% do conteúdo das ementas. Somente serão consideradas para aproveitamento de estudos as disciplinas cursadas no prazo máximo de 05 (cinco) anos.

A Coordenação do Curso, juntamente com o Professor da disciplina é responsável pela análise do currículo e posterior parecer.

Os alunos que já concluíram disciplinas em cursos superiores ou equivalentes, os transferidos ou reingressantes poderão solicitar aproveitamento de estudos, e conseqüente dispensa de disciplinas, mediante à abertura de processo, instruído de requerimento com especificação de disciplinas a serem aproveitadas, Histórico Escolar ou Certificação, acompanhado da descrição de conteúdos ou súmula de componentes curriculares autenticados, com vias à análise da Coordenação do Curso.

33 POLÍTICAS DE CONTROLE DA EVASÃO

Em todos os *campi* do IFMT está em discussão uma nova normativa para estabelecer as políticas de controle da evasão, onde o departamento de assistência ao discente, aplicará ao

discente evadido um questionário para apontar os motivos da evasão, para posteriormente propor soluções.

Enquanto este documento não é aprovado, o CST em Processos Gerenciais priorizará o desenvolvimento de atividades acadêmico-científico-culturais diversas visando elevar o desempenho dos alunos e conseqüentemente, sua permanência, como segue:

a) Melhoria da Qualidade de Ensino: Implantação dos Programas de Aprendizagem e reuniões semestrais para avaliar o desenvolvimento dos Programas de Aprendizagem e monitoramento do desempenho acadêmico.

b) Melhoria do Desempenho e da Formação do Aluno: Implantação de horário de atendimento extraclasse, desde que os alunos manifestem interesse. Oferta de atividades e/ou projetos interdisciplinares semestralmente, como projeto integrador e simulação empresarial, que farão parte dos programas de aprendizagem. Oferecimento de componentes optativos, abrangendo áreas complementares, visando ampliar a formação acadêmica. Excursões didático-científicas para participar de eventos técnico-científicos. Convite a profissionais de diversas áreas afins para ministrar palestras ou aulas-técnicas, como na área de empreendedorismo, por exemplo.

c) Melhoria do Desempenho do Professor: Implantação de programa de Avaliação do desempenho do professor, referente ao componente curricular ministrado no semestre letivo, por parte dos alunos com apresentação dos resultados individualizados aos professores e acompanhamento da coordenação pedagógica e direção de ensino, num processo contínuo de avaliação e melhoria.

d) Orientação Acadêmica dos Alunos: O Coordenador do Curso orientará os alunos quanto aos componentes curriculares nos quais eles podem se matricular, bem como incentivo aos alunos a procurarem professores que atuam no curso para desenvolverem estágios, monitorias e/ou projetos de pesquisa ou extensão. Elaboração do "Manual Acadêmico", distribuído anualmente aos alunos ingressantes, com todas as informações relativas ao curso e a instituição de ensino.

e) Trabalho de Orientação/Conscientização para participação no ENADE: O Coordenador do curso e os docentes orientarão os alunos sobre a importância de participarem do ENADE, alertando-os sobre a responsabilidade coletiva tendo em vista que o conceito é representado por médias e uma exigência legal para conclusão do curso.

f) Outras ações de combate e controle de evasão: O IFMT Campus Campo Novo do Parecis dispõe de uma Comissão de Permanência e Êxito, a qual trabalha com um planejamento que busca atender demandas dos discentes em áreas como: Transporte e alimentação;

Relacionamento interpessoal/integração; Dificuldades de aprendizagem e Capacitação. As ações dessa comissão são integradas à assistência estudantil no sentido de minimizar vulnerabilidades que possam dificultar a permanência e/ou êxito do discente no ambiente escolar. O planejamento da comissão conta com objetivos, metas, ações e responsáveis definidos, com reuniões e avaliações periódicas e permanentes em relação ao que foi estabelecido.

34 CERTIFICAÇÃO E DIPLOMAS

Fará jus ao diploma de “Tecnólogo em Processos Gerenciais”, o aluno que:

- a) estiver aprovado em todas as disciplinas obrigatórias;
- b) comprovar a realização das atividades complementares;
- c) estar com situação regular em relação ao ENADE.

35 PESSOAL DOCENTE

O corpo docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT, Campus Campo Novo do Parecis é composto de professores com titulação que desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão. O ingresso do corpo docente é feito por meio de concurso público mediante a publicação de edital próprio e o regime de trabalho é estabelecido em lei.

O corpo docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT, Campus Parecis envolvido com o Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais é composto por profissionais que contemplam a realidade atual e com potencial para atender as demandas futuras da instituição, conforme quadro abaixo:

Título	N. de Docentes	%
Especialista	01	10,0
Mestre	06	60,0
Doutor	03	30,0
Total	10	100,00

QUADRO DE SERVIDORES DOCENTES				
	DOCENTE	FORMAÇÃO	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
1	Daltro André Machado	Engenheiro Civil	MBA em Projeto, Execução e Desempenho	DE

			de Estruturas e Fundações Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho	
2	Giseli Martins de Souza	Licenciado em Matemática	Doutorado em Educação em Ciências e Matemática	DE
3	Josiane Santiago de Lima	Licenciada em Letras	Doutoranda e mestre em Estudos Literários Especialização em Libras na Educação	DE
4	Hilda Regina Pereira Menezes Olea	Licenciatura em Filosofia	Doutorado em Estudos de Cultura Contemporânea	DE
5	Léa Flores	Bacharel em Administração, com ênfase em Administração de Empresas	Mestrado em Educação Agrícola	DE
6	Lourivani Bastos de Souza	Licenciatura em da Computação	Mestrado em Engenharia de Produção	DE
7	Marcio Tadeu Vione	Licenciado em Matemática	Mestrado em Modelagem Matemática	DE
8	Michele Rejane Coura da Silva	Bacharel em Administração, com Habilitação em Empreendedorismo	Mestrado em Educação	DE
9	Ricardo Marques Macedo	Licenciado em Letras em Língua Anglo-Portuguesas	Doutorado em Estudos Literários	DE
10	Tiago Alquaz Matias	Bacharel em Ciências Contábeis	Mestrado em Educação	DE

36 INSTALAÇÕES FÍSICAS E EQUIPAMENTOS

36.1 Recursos Materiais

Os recursos materiais à disposição do CST em Processos Gerenciais são aqueles pertencentes ao Campus Campo Novo do Parecis, contando hoje com uma área construída de cerca de 7.500 m².

O espaço físico do Campus compreende uma área de administração, com sala de reuniões, sala de direção, coordenação de ensino, sala de professores, coordenação de extensão, além das salas destinadas à coordenação de recursos humanos, Diretoria de Administração e Planejamento. Neste espaço há também 16 (dezesesseis) salas de aula, 2 (dois) laboratórios de informática e a biblioteca. Todas as salas e Laboratórios são climatizados.

Além disso, o Campus possui um ônibus e um micro-ônibus disponível para a realização de visitas técnicas às empresas e organizações da região.

36.2 Biblioteca

O *Campus* Campo Novo do Parecis conta com uma biblioteca que atende a totalidade dos cursos atualmente ofertados, preparando-se para atender também os cursos em estágio de implantação. Atualmente, existe um total de aproximadamente 5.000 exemplares de livros. Neste momento, a quantidade de acervos na área de administração é composta por cerca de 30 títulos de livros catalogados e a assinatura de duas revistas.

O acervo é renovado anualmente, conforme disponibilidade orçamentária e atendendo às solicitações do corpo docente e discente.

A biblioteca encontra-se em processo de informatização e utiliza o software Gnuteca. Em implantação também, encontra-se o acesso ao Portal de Periódicos da CAPES.

A área total interna da biblioteca é de 161,00 m² e está disponível para toda a comunidade, sendo o empréstimo domiciliar restrito à comunidade interna. O horário de funcionamento é das 8:00 h às 22:00 h.

36.3 Laboratório de Informática

O campus Campo Novo do Parecis possui dois Laboratórios de Informática, com no mínimo 20 máquinas cada, com monitores de LCD, todos operando pelo sistema livre LINUX. No Campus há três professores formado em Computação e um Técnico em Informática.

37 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O papel Núcleo Docente Estruturante (NDE), criado com o objetivo de acompanhar, analisar e propor mudanças ao projeto do curso com o intuito de torná-lo atual e adequado aos requisitos da profissão e dos processos pedagógicos utilizados. O NDE foi reestruturado pela portaria nº 19 de 04 de março de 2020, contendo todos os membros ativos no curso. Dessa forma, cabe ao NDE garantir o crescimento e a qualificação do processo de formação do administrador através de encontros permanentes de discussão e trabalho que envolvam a dinâmica de desenvolvimento do Curso – desenvolvimento dos módulos de formação, qualificação crescente das Práticas de Ensino e dos Estágios Supervisionados e a reconstrução das propostas de Atividades Complementares que, no IFMT, Campus Campo Novo do Parecis, envolvem experiências acadêmico-científico-culturais oferecidas e indicadas para os estudantes ampliarem seu campo de formação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT. **NBR 9050**. [S. l.], 31 maio 2004. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/NBR9050.pdf. Acesso em: 8 set. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 29set19.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 27abr.2012.

_____. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>. Acesso em: 29set19.

_____. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm>. Acesso em: 29set19.

_____. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e dá outras providências. Brasília, DF: 2002. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>.

_____. **Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm>. Acesso em: 27abr.2012.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília, DF: 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 27abr.2012

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Brasília: 2014. Disponível em:<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>>. Acesso em 27set19.

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em 29set19.

_____. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**. 3. ed. Brasília, DF: 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=98211-cncst-2016-a&category_slug=outubro-2018-pdf-1&Itemid=30192. Acesso em: 29set19.

_____. **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Brasília, DF: 2002. Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_legislacao/20_legislacao18032009111521.pdf. Acesso em: 30 mar. 2017.

_____. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o §2º do art. 39 a 41 da Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm. Acesso em 27abr12.

_____. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a língua brasileira de Sinais – LIBRAS e o art. 18 da Lei nº 10.098/2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em 29set19.

_____. CNE. **Parecer CNE/CEB 5/1997, de 7 de maio de 1997**. Proposta de Regulamentação da Lei 9394/96. Brasília, 1997. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1997/pceb005_97.pdf. Acesso em 27abr12.

_____. **Parecer CNE/CES 776/1997, de 03 de dezembro de 1997**. Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Brasília, 1997b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0776.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2012

_____. **Parecer CNE/CES Nº 436/01**. Orientações sobre os Cursos Superiores de Tecnologia - Formação de Tecnólogo. Brasília, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0436.pdf>. Acesso em 27abr12

_____. **Parecer CNE/CP nº 29/02, de 03 de dezembro de 2002**. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico. Brasília, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/cp29.pdf> Acesso em: 27 abr.2012.

_____. **Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em 29set19.

_____. **Parecer CNE/CP nº 277/06, de 07 de dezembro de 2006**. Nova forma de organização da educação Profissional e Tecnológica de Graduação. Brasília, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/pces277_06.pdf Acesso em: 27 abr.2012.

_____. **Parecer CNE/CES nº 19/08**. Consulta sobre o aproveitamento de competências de que trata o art. 9º da Resolução CNE/CP no 3/2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pces019_08.pdf. Acesso em 27set12.

_____. **Parecer CNE/CES nº 239/08.** Carga horária das atividades complementares nos cursos superiores de tecnologia. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pces239_08.pdf>. Acesso em 27set12.

_____. **Portaria nº 4.361/04, de 29 de dezembro de 2004.** Sobre os processos de regulação, supervisão e avaliação Nova forma de organização da educação Profissional e Tecnológica de Graduação. Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/pces277_06.pdf> Acesso em: 27 abr.2012.

_____. **Portaria Normativa MEC nº 12, de 14 de agosto de 2006.** Dispõe sobre a adequação da denominação dos cursos superiores de tecnologia ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, nos termos do art. 71, § 1º e 2º, do Decreto 5.773, de 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_port12.pdf>. Acesso em 27abr12.

_____. **Portaria MEC nº 282, de 29 de dezembro de 2006.** Inclusões no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_port282.pdf> . Acesso em 27abr12.

_____. **Resolução CNE/CP nº 03/2002, de 18 de dezembro de 2002.** Institui as diretrizes curriculares nacionais gerais para a organização e funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf>> Acesso em: 27 abr.2012.

_____. **Resolução CNE/CP nº 6/06.** Solicita pronunciamento sobre Formação Acadêmica x Exercício Profissional. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp006_06.pdf>. Acesso em 27abr12.

_____. **Resolução nº 024/2011, de 06 de julho de 2011.** Aprova a normativa para elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Superiores oferecidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Cuiabá, 2011.

_____. **Decreto nº 9235, de 15 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Brasília, 18 dez. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm. Acesso em: 8 set. 2020.

_____. **Lei nº 12089, de 11 de novembro de 2009.** Proíbe que uma mesma pessoa ocupe 2 (duas) vagas simultaneamente em instituições públicas de ensino superior. Brasília, 12 nov. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112089.htm. Acesso em: 8 set. 2020.

_____. **Lei nº 11645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, 11 mar. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm#:~:text=Altera%20a%20Lei%20no,Afro%2DBrasileira%20e%20Ind%C3%ADgena%E2%80%9D. Acesso em: 8 set. 2020.

_____. **Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 28 abr. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 8 set. 2020.

_____. **4281.** [S. l.], 26 jun. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4281.htm. Acesso em: 8 set. 2020.

_____. **Lei nº 12764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. [S. l.], 28 dez. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 8 set. 2020.

_____. **Lei nº 10098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. [S. l.], 20 dez. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm. Acesso em: 8 set. 2020.

_____. **Decreto nº 5296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. [S. l.], 3 dez. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm. Acesso em: 8 set. 2020.

_____. **Decreto nº 6949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. [S. l.], 25 ago. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 8 set. 2020.

_____. **Decreto nº 7611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. [S. l.], 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 8 set. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CONSELHO PLENO. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004. [S. l.], 26 jun. 2004. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/583/resolucao-cne-cp-n-1>. Acesso em: 8 set. 2020.

IFMT. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018. Cuiabá: 2014. Disponível em: <http://ifmt.edu.br/media/filer_public/b3/cb/b3cbb909-bb6d-48c7-abe8d723d23dacc7/pdi-oficial-consup-ultima-versao1.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2017.

IFMT. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023. Cuiabá: 2019. Disponível em: <<http://ifmt.edu.br/conteudo/pagina/pdi-2019-2023/>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

_____. Resolução CONSUP/IFMT nº 81/2020. Aprova do Regulamento Didático do Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT. Disponível em: < http://ifmt.edu.br/media/filer_

public/e8/9f/e89f6ea6-e88c-4801-9e4a-645f2bc3da94/organi-zacao-didatica-do-ifmt_2014.pdf>. Acesso em 29set19.

_____. Resolução MEC nº 24, de 06 de julho de 2011. Cuiabá: 2011. Disponível em: <http://ifmt.edu.br/media/filer_public/f1/0d/f10db9e1-1110-49e3-b415-72f85bfa3159/resolucao-no-0242011-aprovar-normativa-elaboracao-de-dppcssuperior_merged.pdf>. Acesso em: 29set19.

_____. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO PRESENCIAL. Reconhecimento e renovação de reconhecimento, Código de avaliação 132175 e protocolo nº 201609672.

HORN, M. B.; STAKER, H. *Blended: usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação*. Tradução: Maria Cristina Gularte Monteiro. Porto Alegre: Penso, 2015.

MATIAS, T. *Formação para o trabalho na transição do fordismo para a sociedade flexível: os desafios dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*. (Dissertação) Mestrado Acadêmico em Educação. Porto Velho, RO: UNIR, 2019. 250 f.

MEC. **PORTARIA NORMATIVA Nº 21, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017**. Brasília, 22 dez. 2017. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2297/portaria-normativa-n-21>. Acesso em: 8 set. 2020.

_____. **Portaria Normativa nº 22, de 21 de dezembro de 2017**. Brasília, 22 dez. 2017. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2298/portaria-normativa-n-22>. Acesso em: 8 set. 2020.

_____. **Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017**. Brasília, 3 set. 2018. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2580/republicada-portaria-normativa-n-23>. Acesso em: 8 set. 2020.

_____. **Portaria MEC nº 1.383 de 31 de outubro de 2017**. Brasília, 1 nov. 2017. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2249>. Acesso em: 8 set. 2020.

_____. **PORTARIA Nº 3.284, de 7 de novembro de 2003**. [S. l.], 7 nov. 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>. Acesso em: 8 set. 2020.

ANEXOS

Regulamento da validação da atividade profissional como estágio curricular supervisionado do Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais

Regulamenta a validação da atividade profissional do discente como estágio obrigatório.

Art. 1º. De acordo com a Lei nº 11.892/2008, art. 2º, §2º, que concede ao IFMT papel de instituição acreditadora e certificadora de competências profissionais, e com o art. 190 da sua Organização Didática, será realizada a validação de atividade profissional como estágio obrigatório do curso de Tecnologia em Processos Gerenciais do IFMT Campus Campo Novo do Parecis.

Parágrafo único. A validação da atividade profissional tem como finalidade certificar discentes que comprovem experiência profissional na área de atuação do curso superior de Tecnologia em Processos Gerenciais.

Art. 2º. A validação deverá ser requerida, preferencialmente, no quarto ou quinto semestre do curso de Tecnologia em Processos Gerenciais, devido a necessidade de efetiva aplicação das competências das disciplinas do curso e para aproveitamento de atividades profissionais como estágio.

Art. 3º. O discente deverá solicitar a validação de sua atividade profissional como estágio obrigatório em até 10 (dez) dias letivos após o início semestre letivo, exceto em casos excepcionais, a critério da Coordenação de Curso.

Art. 4º. Para solicitar a validação, o discente deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) no caso de trabalho formal: cópia da parte da Carteira de Trabalho em que fique configurado seu vínculo empregatício e descrição de função, por parte de seu chefe imediato, das atividades que desenvolve;
- b) no caso de estágio contratado: cópia do contrato e descrição de função, por parte de seu chefe imediato, das atividades que desenvolve;
- c) no caso de trabalho informal: declaração de prestação de serviços (projetos, execução e consultoria) e descrição das atividades desenvolvidas;
- d) solicitação de validação preenchida, conforme anexo 1.

Art. 5º. A validação da atividade profissional será avaliada pela Comissão de Validação de Atividade Profissional do curso de Tecnologia em Processos Gerenciais, composta por, no mínimo, 3 (três) docentes, sob a presidência do Coordenador de Curso.

§ 1º. A comissão levará em consideração o tipo de atividade desenvolvida e o valor de sua contribuição para complementar a formação profissional curricular.

§ 2º. O aceite do pedido de validação dar-se-á sobre o conjunto de competências, conforme o Projeto Pedagógico do Curso.

§ 3º. No período de análise do processo de validação, o discente não deverá ausentar-se das atividades acadêmicas.

Art. 6º. A comissão elaborará parecer, deferindo ou indeferindo o requerimento de aproveitamento de atividades no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º. Indeferido o processo, o discente deverá realizar o estágio curricular obrigatório de acordo com a legislação de estágio e os regulamentos estabelecidos pelo Campus.

§ 2º. Deferido o processo, o discente deverá elaborar relatório de atividades profissionais, conforme modelo constante no anexo 2, que será avaliado por uma banca avaliadora.

Art. 7º. A banca avaliadora, especialmente composta para este fim, será realizada em forma de seminário em data estabelecida pela comissão.

Art. 8º. É considerado aprovado o aluno que obtiver nota final igual ou superior a 6,0 (seis) pontos.

Art. 9º. A validação de atividade profissional será realizada pelo discente que comprovar no mínimo 90 (noventa) dias de exercício da função na empresa.

Art. 10. Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela Coordenação do curso de Tecnologia em Processos Gerenciais do IFMT – Campus Campo Novo do Parecis.

Campo Novo do Parecis, 10 de maio de 2019.

ANEXO 1

REQUERIMENTO PARA APROVEITAMENTO DE ATIVIDADES PROFISSIONAIS COMO ESTÁGIO

Eu, _____,
portador(a) do RG: _____ e CPF: _____ regularmente
matriculado(a) no (ano ou semestre): _____, Matrícula nº
_____ do curso _____,
Campus Campo Novo do Parecis, venho através deste requerer, junto a Coordenação do Curso
o aproveitamento de atividades profissionais como estágio curricular supervisionado, nos
termos do **Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado dos Cursos Técnicos e
Superiores de julho de 2010** do IFMT – *Campus* Campo Novo do Parecis.

	Assinatura do Estagiário
--	--------------------------

UNIDADE CONCEDENTE		
Nome:		
CNPJ.:		
Endereço:		
Bairro:	CEP:	Telefone:
Cidade:		Estado:
Nome do Supervisor:		
Área/setor:		
Início: / /	Término: / /	
Carga horária realizada:		

CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE CONCEDENTE

(mínimo 30 linhas, máximo 1 página)

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA ONDE O ESTÁGIO FOI REALIZADO

(mínimo 30 linhas, máximo 1 página)

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ESTÁGIO
Atividade realizada:

(replicar este campo quantas vezes for necessário)

(Descrever sobre a evidência que a atividade foi realizada)

RELAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA

(Relacionar a prática administrativa com a teoria aprendida em sala de aula)

CONCLUSÕES SOBRE O ESTÁGIO

(mínimo 20 linhas, máximo 2 páginas)

INFORMAÇÕES ADICIONAIS/ SUGESTÕES

--

(descrever sobre sugestões de melhoria para a unidade curricular de estágio ou outras informações: mínimo 20 linhas, máximo 2 páginas)

Data: ____/____/____	_____ Assinatura do Estudante
----------------------	----------------------------------

APROVAÇÃO	
(A ser preenchido pela Instituição de Ensino)	
Avaliação final do estudante: Nota: _____	Data: ____/____/____
Banca avaliadora: _____ Membro _____ Membro _____ Membro	_____ Assinatura da Coordenação de Curso

APÊNDICES/ANEXOS

Regulamento das Atividades Complementares (AC) do IFMT - Campus Campo Novo do Parecis

Regulamenta e estabelece critérios para a avaliação das atividades complementares desenvolvidas pelos alunos dos cursos superiores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT – Campus Campo Novo do Parecis.

TÍTULO I

Das disposições preliminares

Art. 1º As atividades complementares permeiam todo o currículo do curso, dando-lhe maior flexibilidade no trato dos mais diversos temas e assuntos, voltados para a promoção da interdisciplinaridade. São atividades extracurriculares, que complementam seu conhecimento e ajudam a construí-lo de forma mais eclética e criativa, a partir do estreitamento das relações com conteúdos das disciplinas que estão sendo cursadas no semestre, de outros que ainda não foram estudados/abordados no currículo e inclusive de assuntos emergentes nas áreas afins que merecem ser abordados e debatidos para enriquecimento da formação profissional. A formação do aluno, nesse sentido, não fica restrita a sala de aula, podendo interagir criativamente com outros contextos, ajudando a desenvolver habilidades que podem contribuir para a formação do seu perfil profissional. As coordenações dos cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus Campo Novo do Parecis poderão criar atividades, contribuindo para o cumprimento das atividades, com discussão de temas relevantes e atuais em cada área específica.

TÍTULO II

Do objetivo

Art. 2º. O objetivo da Atividade Complementar é o complemento e enriquecimento da formação oferecida ao corpo discente, através de atividades pertinentes e úteis para a formação humana e profissional do acadêmico, dos cursos superiores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus Campo Novo do Parecis.

Parágrafo Único: Estão sujeitos ao cumprimento das Atividades Complementares todos os alunos matriculados nos Cursos Superiores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus Campo Novo do Parecis devendo ser realizado por meio de participação em eventos promovidos pela Instituição, ou vinculados por outras IES e Conselhos da Categoria, ou relacionados à área empresarial e social com a devida aprovação da coordenação de curso.

TÍTULO III

Da carga horária

Art. 3º. As atividades complementares são componentes dos currículos dos cursos superiores, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus Campo Novo do Parecis com duração mínima prevista em cada Projeto Pedagógico de seus devidos cursos superiores.

Art. 4º. O presente conjunto de normas visa regulamentar as atividades relacionadas com as atividades complementares dos Cursos Superiores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus Campo Novo do Parecis, sendo o seu integral cumprimento indispensável para a colação de grau.

TÍTULO IV

Das atribuições

Art. 5º. Cabe às Coordenações dos Cursos Superiores a normatização das atividades complementares:

I) Conceber, complementar ou reformular, juntamente com o Colegiado de Curso, o projeto de atividades complementares de acordo com as diretrizes curriculares vigentes.

II) Divulgar o Projeto de Atividades Complementares dos cursos superiores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus Campo Novo do Parecis junto aos alunos.

III) Convocar, sempre que necessárias reuniões com os docentes e discentes para esclarecer dúvidas e orientar procedimentos.

IV) Indicar professores para acompanhamento e validação das atividades complementares apresentadas pelos acadêmicos do curso.

V) Providenciar o encaminhamento do registro das atividades complementares com suas respectivas cargas horárias aprovadas e assinadas para o arquivo geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus Campo Novo do Parecis, a fim de que conste no Histórico Escolar.

VI) Verificar a idoneidade da documentação fornecida pelo aluno.

VII) Tomar, no âmbito de sua competência, todas as medidas necessárias ao efetivo cumprimento deste Regulamento.

VIII) Resolver com o Colegiado de Curso e/ou Conselho de Graduação os casos omissos neste Regulamento.

Art. 6º. Uma vez indicado, pela Coordenação de curso superior, o professor/orientador, têm entre outras as seguintes atribuições:

I. Atender os alunos em horários previamente fixados, sempre que necessário;

II. indicar atividades complementares a partir do projeto do curso e da indicação do corpo docente em relação às suas disciplinas;

III. verificar a idoneidade da instituição em que o aluno participou da atividade;

IV. sugerir atividades, ainda não previstas, que possam enriquecer o currículo do acadêmico para aprovação da Coordenação do Curso e inclusão de atividades complementares.

TÍTULO V

Dos Acadêmicos em fase de participação em Atividades Complementares

Art. 7º - Para efeito de acompanhamento e registro da carga horária a ser cumprida, as Atividades Complementares estão divididas nas seguintes categorias:

I. Palestras, seminários, congressos, conferências ou similares, que versem sobre temas relacionados ao Curso;

II. Projetos de extensão cadastrados nas Coordenações de Extensão vinculadas às Diretorias de Relações Empresariais e Comunitárias – DREC e Pesquisa e Pós Graduação – DPPG;

III. Cursos livres e/ou de extensão, presenciais ou à distância, certificados pela instituição promotora, com carga horária e conteúdos definidos;

IV. Estágios extracurriculares em instituições conveniadas como o Campus Campo Novo do Parecis;

V. Atividades de Monitoria;

VI. Atividades voluntárias em instituições filantrópicas ou do terceiro setor;

VII. Atividades culturais, esportivas e de entretenimento;

VIII. Iniciação científica;

IX. Publicação, como autor, do todo ou de parte de texto acadêmico;

X. Participação em órgãos colegiados do Campus Campo Novo do Parecis;

XI. Participação em comissão organizadora de evento educacional ou científico.

Art. 8º. A fim de garantir a diversificação e a ampliação do universo cultural, bem como o enriquecimento plural da formação docente, o estudante dos Cursos de Educação Superior do

Campus Campo Novo do Parecis deverá realizar Atividades Complementares de pelo menos 04 (quatro) categorias diferentes.

Art. 9º, Por palestras, seminários, congressos, conferências ou similares entende-se a série de eventos, sessões técnicas, exposições, jornadas acadêmicas e científicas, organizadas ou não pelo Campus Campo Novo do Parecis, nos quais o educando poderá participar como ouvinte/participante ou na condição de palestrante, instrutor, apresentador, expositor ou mediador.

Art. 10. Projeto de extensão consiste na prestação de serviços à comunidade em questões ligadas à cidadania, de modo a pôr em prática a função social do conhecimento.

Parágrafo Único: Projetos propostos pelo próprio estudante poderão ser aceitos, desde que sob orientação de um servidor e submetidos previamente à Coordenação de Extensão, a fim de que os projetos sejam cadastrados e acompanhados.

Art. 11. Considera-se como curso de extensão o conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico ou prático, planejadas e organizadas de modo sistemático, ofertadas por Instituições de Ensino Superior credenciadas ou por outras organizações científicas e culturais formalmente instituídas, com carga horária mínima de 08 (oito) horas.

Art. 12. Definem-se como cursos livres aqueles que, mesmo não estando diretamente relacionados à área de formação do aluno, servem à complementação de sua formação.

Art. 13. O estágio extracurricular visa propiciar a complementação da aprendizagem do aluno através da vivência de experiências profissionais que não sejam obtidas no ensino escolar.

Parágrafo Único: Como estágios extracurriculares admitem-se as experiências realizadas na educação não formal, visando à popularização da ciência, os estágios realizados em indústrias ou centros de pesquisas e outros relacionados à área de formação.

Art. 14. Compreende-se como monitoria a atividade que, independentemente do estágio curricular supervisionado obrigatório, nos cursos em que seja existente, propicia ao aluno a oportunidade de desenvolver, sob supervisão, suas habilidades para a carreira profissional. O monitor é um auxiliar do corpo docente das tarefas didático-científicas, responsabilizando-se por atendimento aos alunos que apresentem dificuldades de aprendizagem, trabalhos práticos e experimentais em laboratórios, trabalhos em biblioteca e no campo, além de outros compatíveis com seu grau de conhecimento e experiência.

Art. 15. A atividade em instituições filantrópicas ou do terceiro setor pressupõe a ação voluntária em projetos sociais, caracterizada pelo trabalho solidário sem fins lucrativos.

Art. 16. As atividades culturais, esportivas e de entretenimento visam a formar um profissional com visão múltipla acerca das manifestações artísticas, culturais, esportivas e científicas, aprimorando a formação cultural do aluno.

Parágrafo Único: Para serem consideradas válidas, essas atividades deverão ser aprovadas pelo Colegiado do Curso.

Art. 17. A iniciação científica compreende o envolvimento do aluno em atividade investigativa, sob a tutoria e a orientação de um professor, visando ao aprendizado de métodos e técnicas científicas e ao desenvolvimento do pensamento científico e da criatividade. Ela

inclui a formação de grupos de estudo e de interesse, com produção intelectual, e a participação em projetos de pesquisa, com desenvolvimento experimental ou projeção social real.

Art. 18. As publicações aceitas como textos acadêmicos são aquelas que, tendo passado por avaliador ad-hoc, sejam veiculadas em periódicos ou em livros relacionados à área de abrangência do Curso.

Art. 19. A participação em comissão organizadora de evento educacional ou científico somente será considerada como Atividade Complementar se o evento for promovido por instituição acadêmica, órgão de pesquisa ou sociedade científica.

TÍTULO VI

Da validação das atividades complementares

Art. 20. As Atividades Complementares, para serem reconhecidas e incorporadas à carga horária necessária à integralização do Curso, deverão ser validadas pela Coordenação do Curso.

§ 1º A validação deve ser requerida pelo aluno à Coordenação do Curso por meio de formulário próprio acompanhado da cópia autenticada do certificado de participação, com a identificação da entidade promotora do evento e a carga horária cumprida.

§ 2º Quando solicitado, o aluno deverá produzir relatórios referentes a cada atividade desenvolvida.

Art. 21. A Coordenação do Curso poderá formular exigências para a atribuição de carga horária acerca da pertinência de uma atividade ou de sua comprovação, solicitando a apresentação de novos documentos ou de esclarecimentos do aluno, por escrito.

Art. 22. As Atividades Complementares serão registradas e validadas segundo sua categoria, em conformidade com o art. 7º deste Regulamento, conforme estabelecido no formulário presente no anexo I.

Art. 23. Cada atividade realizada, independente de sua duração, será validada, no máximo, a quantidade de horas explicitadas no anexo I.

Parágrafo Único: A carga horária a ser validada por evento, assim como os documentos comprobatórios da participação do discente em Atividades Complementares, está relacionada no anexo I deste Regulamento.

Art. 24. Os alunos ingressantes nos Cursos Superiores, através de transferência ou reingresso, ficam sujeitos ao cumprimento da carga horária estabelecida para as Atividades Complementares, podendo solicitar, observadas as seguintes condições:

I. A compatibilidade das Atividades Complementares estabelecidas pela instituição de origem com as estabelecida neste Regulamento.

II. A carga horária atribuída pela instituição de origem e a conferida por este Regulamento a atividades idênticas ou congêneres.

§ 1º As horas excedentes serão desconsideradas no cômputo total da carga horária das Atividades Complementares, de acordo com o disposto no Art. 23 deste Regulamento.

§ 2º O indeferimento do pedido de atribuição de carga horária pela Coordenação do Curso será comunicado por escrito ao aluno, que poderá formular pedido de reconsideração ao Colegiado do Curso.

TÍTULO VII Das disposições finais

Art. 25. O presente conjunto de normas pode ser alterado por sugestão e/ou imperiosa necessidade de novas adaptações, visando o seu aprimoramento e deverá ser submetido à apreciação do Colegiado de Curso e do Conselho de Graduação.

Art. 26. Cabe ao Registro Acadêmico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus Campo Novo do Parecis informar ao aluno a quantidade de horas-atividades aproveitadas, sendo que o aluno é responsável pela sua integralização - prevista no projeto pedagógico de cada curso.

Art. 27. Os casos de fraude serão considerados faltas graves, sujeitas a reprovação.

Art. 28. Este regulamento entra em vigor a partir desta data.

ANEXO - I

Formulário de Requerimento das Atividades Complementares			
Ao Coordenador do Curso de _____.			
Eu, _____ matriculado(a) sob nº _____, telefone (____) _____, e-mail _____, venho requerer que sejam registradas no meu histórico escolar as horas referentes à Atividade Complementar, conforme indicado no campo abaixo, cuja cópia da documentação comprobatória pertinente segue em anexo.			
Categorias	Discriminação	C/H Limite	Período de Realização

() Atividades de Ensino	() Exercício de Monitoria	80h	
() Atividades de Pesquisa	() Participação em Projetos de Pesquisa	30h	
	() Participação em Grupo de Estudo	20h	
() Atividades de Extensão	() Participação em projetos de extensão, de assistência e/ou atendimento, abertos à comunidade	60h	
	() Exercício de cargos de representação estudantil	30h	
	() Realização de estágio não obrigatório	40h	
() Eventos e Cursos	() Participação em feira, na qualidade de expositor	20h	
	() Participação em seminários, congressos, palestras, semanas temáticas, semanas universitárias, conferências, jornadas, fórum, etc.	60h	
	() Oficinas	10h	
	() Disciplinas extracurriculares em quaisquer áreas afins à sua formação.	20h	
	() Ministrante de cursos em eventos acadêmicos.	40h	
	() Participação em cursos, minicursos ou similar.	60h	
	() Participação na organização de eventos e área a fim.	20h	
() Publicação e apresentação de Trabalhos	() Resumo de trabalho em evento	20h	
	() Publicação de artigo científico	30h	
	() Autoria ou co-autoria de capítulo de livro	20h	
	() Apresentação oral de trabalhos, exposição de mostras de condução de oficinas	20h	
	() Publicações impressas ou virtuais	10h	
() Outras Atividades correlatas/conexas não contempladas serão analisadas pela Comissão de Avaliação das Atividades Complementares			
Anexar cópia autenticada da documentação comprobatória			

Nestes termos, pede deferimento.

Campo Novo do Parecis, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Requerente

PARA USO DO COORDENADOR DO CURSO
Parecer do Coordenador do Curso:

Nº de Horas: _____

Categoria: _____

_____, ____ de _____ de _____

Coordenador (a)

Recebimento em: ____ / ____ / ____

Visto: _____

Envio para a Secretaria em: ____ / ____ / ____

Visto: _____

Composição do Colegiado de Curso



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

PORTARIA 47/2020 - CNP-GAB/CNP-DG/CCNP/RTR/IFMT, de 6 de maio de 2020

O Diretor-Geral do IFMT - Campus Campo Novo do Parecis, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria IFMT n.º 866, de 19 de abril de 2017 publicada no D.O.U. de 20 de abril de 2017. Em cumprimento ao que preceitua o Regimento Interno desta instituição Federal de Ensino; Considerando o Inciso I, Art. 29, Capítulo II do Regimento Unificado dos Colegiados dos Cursos Superiores do IFMT - Campus Campo Novo do Parecis, aprovado pela Portaria n.º 10, de 20/04/2011. Considerando a defasagem da atual Portaria e atendendo a solicitação de atualização da composição do referido colegiado, feito pela Coordenação do Curso, devido a movimentação de servidores membros Designados pela Portaria n.º 109, de 12 de junho 2018.

Resolve:

Art. 1º - Alterar a composição do Colegiado do Curso de Tecnologia em Processos Gerenciais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - Campus Campo Novo do Parecis, que passa a ter a seguinte composição:

Presidente:

- Tiago Alquaz Matias – matrícula n.º 1078303

Representantes do Corpo Docente:

- 1º Titular -- Léa Flores – matrícula n.º 1659487
- 2º Titular - Michele Rejane Coura da Silva – matrícula n.º 1900679
- 1º Suplente – Amanda Loiola de Carvalho – matrícula n.º 2280216
- 2º Suplente – William Benedito da Silva – matrícula n.º 2152684

Representantes do Corpo Discente:

- 1ª Titular: Laianna Rosa Lucas
- 2ª Titular: Ewerton Gustavo de Moraes Souza
- 1ª Suplente: Gilvânia de Oliveira Campos
- 2ª Suplente: Venício Bruno dos Passos Gomes

Representantes do Corpo Técnico Administrativo em Educação:

- Titular: Wagner Tenório – matrícula n.º 3163186

Art. 2º – Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º – Cientifiquem-se cumpra-se.

Fábio Luis Bezerra
Diretor-Geral do Campus Campo Novo do Parecis
Portaria IFMT N.º 866, de 19/04/2017

Documento assinado eletronicamente por:

- **Fabio Luis Bezerra**, DIRETOR - CD2 - CNP-DG, em 06/05/2020 14:06:41.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 05/05/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifmt.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 52189

Código de Autenticação: e3aae3f7ef



Composição do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

PORTARIA 19/2020 - CNP-GAB/CNP-DG/CCNP/RTR/IFMT, de 4 de março de 2020

Diretor-Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - Campus Campo Novo do Parecis, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria IFMT N.º 866, de 19/04/2017 publicada no D.O.U de 20/04/2017.

RESOLVE:

Art. 1º – Revogar a Portaria n. 16 de 19.02.2020.

Art. 2º – Revogar a Portaria n. 53, de 07.05.2019.

Art. 3º – Alterar a composição do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais deste IFMT – Campus Campo Novo do Parecis, como segue:

Presidente:

Tiago Alquaz Matias – Matrícula SIAPE n.º 1078303

Membros:

Amanda Loiola de Carvalho– Matrícula SIAPE n.º2280216

Daltro André Machado– Matrícula SIAPE n.º1652374

Léa Flores– Matrícula SIAPE n.º1659487

Michele Rejane Coura da Silva – Matrícula SIAPE n.º1900679

Ricardo Marques Macedo – Matrícula SIAPE n.º 3126603

William Benedito da Silva– Matrícula SIAPE n.º2152684

Art. 4º – Cientifiquem-se e cumpra-se.

Fábio Luis Bezerra
Diretor-Geral do Campus Campo Novo do Parecis
Portaria IFMT N.º 866, de 19/04/2017

Documento assinado eletronicamente por:

- **Fábio Luis Bezerra**, DIRETOR - CD2 - CNP-DG, em 04/03/2020 16:59:13.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 20/02/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifmt.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 40111

Código de Autenticação: 812c1e8ea6



Documento Digitalizado Público

Projeto de alteração PPC Tecnologia em Processos Gerenciais - versão 4

Assunto: Projeto de alteração PPC Tecnologia em Processos Gerenciais - versão 4
Assinado por: Lea Flores
Tipo do Documento: Projeto
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:

- **Lea Flores, COORDENADOR - FUC1 - CNP-CCPG**, em 29/11/2021 15:02:44.

Este documento foi armazenado no SUAP em 29/11/2021. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifmt.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 174163

Código de Autenticação: aa93a6134d

